

**Financiera El Corte Inglés
Estabelecimento Financeiro
de Crédito, S.A.**

Contas Anuais e Relatório de Gestão
correspondentes ao Exercício Anual Terminado
em 31 de Dezembro de 2007,
juntamente com o Relatório de Auditoria.

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONTAS ANUAIS

Aos Accionistas da

Financiera El Corte Inglés Establecimiento Financeiro de Crédito, S.A.:

1. Efectuámos a auditoria das contas anuais da Financiera El Corte Inglés Establecimiento Financeiro de Crédito, S.A. (adiante designada por a "Sociedade"), que englobam o balanço de 31 de Dezembro 2007, a conta do resultado líquido do exercício, o estado dos fluxos de numerário, o estado das alterações no património líquido e o relatório das contas anuais correspondentes ao exercício anual terminado na data indicada, cuja formulação é da responsabilidade dos Administradores da Sociedade. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as referidas contas anuais no seu conjunto, baseada no trabalho realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, que requerem o exame, mediante a realização de provas selectivas, da prova justificativa das contas anuais e da avaliação da sua apresentação, dos princípios contabilísticos aplicados e das estimativas realizadas.
2. De acordo com a legislação comercial, os Administradores da Sociedade apresentam, para efeitos comparativos com cada uma das contas do balanço, da conta de perdas e lucros, do estado de fluxos de numerário e do estado de alterações no património líquido, para além das cifras do exercício de 2007, as que correspondem ao exercício anterior. Com data de 20 de Junho 2007 emitimos o nosso relatório de auditoria relativo às contas anuais do exercício de 2006, no qual expressámos um parecer sem ressalvas.
3. Na nossa opinião, as contas anuais do exercício de 2007 anexas, expressam em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do património e da situação financeira da Sociedade em 31 de Dezembro de 2007, e dos resultados das suas operações, das alterações no património líquido e dos seus fluxos de numerário durante o exercício anual terminado na referida data, e contém a informação necessária e suficiente para a sua interpretação e compreensão adequadas, de acordo com os princípios e normas contabilísticas contidos na Circular 4/2004 do Banco de Espanha, que mantém uniformidade relativamente aos aplicados no exercício anterior.
4. O relatório de gestão do exercício de 2007 anexo contém as explicações que os Administradores consideram adequadas sobre a situação da Sociedade, a evolução dos seus negócios e outros assuntos e que não fazem parte integrante das contas anuais. Verificámos que a informação contabilística contida no referido relatório de gestão concorda com as contas anuais do exercício de 2007. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão com o alcance mencionado neste parágrafo e não inclui a revisão de informação diferente da obtida a partir dos registos contabilísticos da Sociedade.

DELOITTE, S.L.

Inscrita no R.O.A.C. Nº S0692

Germán de la Fuente

5 de Junho de 2008

**Financiera El Corte Inglés
Establecimiento Financeiro
de Crédito, S.A.**

Contas Anuais e Relatório de Gestão
correspondentes ao Exercício Anual Terminado em
31 de Dezembro de 2007.

FINANCIERA EL CORTE INGLÉS ESTABELECIMENTO FINANCEIRO DE CRÉDITO, S.A.

BALANÇOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (NOTAS 1 A 3)

(Milhares de Euros)

ACTIVO	Nota	2007	2006 (*)	PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO	Nota	2007	2006 (*)
CAIXA E DEPÓSITOS EM BANCOS CENTRAIS		31	30	PASSIVO			
INVESTIMENTOS DE CRÉDITO				PASSIVOS FINANCEIROS A CUSTO AMORTIZADO			
Depósitos em entidades de crédito	5	11.645	1.951	Depósitos de entidades de crédito	11	1.256.619	1.716.356
Crédito à clientela	6	1.662.929	2.207.155	Outros passivos financeiros	12	126.631	225.848
Outros activos financeiros	12	658	552				
ACTIVOS CORPÓREOS				PROVISÕES			
De uso próprio	7	1.896	2.303	Fundos para pensões e obrigações similares	13	1.906	1.755
				Provisões para riscos e compromissos contingentes	13	462	215
ACTIVOS INCORPÓREOS	8	1.050	911				
ACTIVOS FISCAIS	14			PASSIVOS FISCAIS			
Correntes		6.979	8.507	Correntes	14	9.097	9.031
Diferidos		6.814	6.899				
PERIODIZAÇÕES	9	74	68	PERIODIZAÇÕES	9	21.752	18.378
OUTROS ACTIVOS	10	109	28				
				TOTAL PASSIVO		1.416.467	1.971.583
				PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
				FUNDOS PRÓPRIOS			
				Capital emitido	15 e 16	163.800	163.800
				Reservas acumuladas	15 e 17	93.021	74.414
				Resultado do exercício	15	18.897	18.607
				TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO		275.718	256.821
TOTAL ACTIVO		1.692.185	2.228.404	TOTAL PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO		1.692.185	2.228.404
COMPROMISSOS CONTINGENTES							
Disponíveis por terceiros	18	12.340.822	11.835.152				

(*) Valores apresentados única e exclusivamente para efeitos comparativos.

As Notas 1 a 31 descritas na Memória em anexo fazem parte integrante do balanço de 31 de Dezembro de 2007.

FINANCIERA EL CORTE INGLÉS ESTABLECIMENTO FINANCEIRO DE CRÉDITO, S.A.

CONTAS DE PERDAS E LUCROS
CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS
A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (NOTAS 1 A 3)
(Milhares de Euros)

	Nota	Receitas/(Gastos)	
		Exercício 2007	Exercício 2006 (*)
JUROS E RENDIMENTOS ASSIMILADOS	19	99.734	91.830
JUROS E ENCARGOS ASSIMILADOS	20	(55.287)	(38.318)
RENDIMENTO DOS INSTRUMENTOS DE CAPITAL		-	-
MARGEM DE INTERMEDIÇÃO		44.447	53.512
COMISSÕES RECEBIDAS	21	51.908	44.318
COMISSÕES PAGAS	22	(2.335)	(2.192)
RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (Líquido)		-	-
DIFERENÇAS DE CÂMBIO (líquido)		-	-
MARGEM ORDINÁRIA		94.020	95.638
OUTROS PRODUTOS DE EXPLORAÇÃO	23	1.987	2.295
DESPESAS DE PESSOAL	24	(29.014)	(28.742)
OUTRAS DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	25	(16.172)	(14.936)
AMORTIZAÇÃO:		(746)	(850)
Activos corpóreos	7	(640)	(596)
Activos incorpóreos	8	(106)	(254)
OUTROS ENCARGOS DE EXPLORAÇÃO		-	-
MARGEM DE EXPLORAÇÃO		50.075	53.405
PERDAS POR DETERIORAÇÃO DE ACTIVOS (líquido)		(23.534)	(24.444)
Investimentos de crédito	6	(23.534)	(24.444)
DOTAÇÕES PARA PROVISÕES (líquido)	13	(160)	76
OUTROS LUCROS		1.702	1.327
Outros conceitos	26	1.702	1.327
OUTRAS PERDAS		(4)	(7)
Perdas por venda de activos corpóreos		(1)	-
Outros conceitos		(3)	(7)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		28.079	30.357
IMPOSTO SOBRE LUCROS	14	(9.182)	(11.750)
RESULTADO DA ACTIVIDADE ORDINÁRIA		18.897	18.607
RESULTADO DE OPERAÇÕES INTERROMPIDAS (Líquido)		-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		18.897	18.607

(*) Valores apresentados única e exclusivamente para efeitos comparativos.

As Notas 1 a 31 descritas na Memória anexa, fazem parte integrante da conta de perdas e lucros do exercício de 2007.

FINANCIERA EL CORTE INGLÉS ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A.

ESTADOS DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (NOTAS 1 A 3)

(Milhares de Euros)

	Nota	Exercício 2007	Exercício 2006 (*)
RECEITAS REGISTRADAS DIRECTAMENTE NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Activos financeiros disponíveis para a venda-			
Lucros/Perdas por valorização		-	-
Importâncias transferidas para a conta de perdas e lucros		-	-
Imposto sobre lucros		-	-
Coberturas dos fluxos de numerário-			
Lucros/Perdas por valorização		-	-
Valores transferidos para a conta de perdas e lucros		-	-
Imposto sobre lucros		-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Resultado publicado	15	18.897	18.607
RECEITAS E GASTOS TOTAIS DO EXERCÍCIO	15	18.897	18.607
TOTAL		18.897	18.607

(*) Valores apresentados única e exclusivamente para efeitos comparativos.

As Notas 1 a 31 descritas na Memória anexa, fazem parte integrante do estado das alterações no património líquido do exercício de 2007.

FINANCIERA EL CORTE INGLÉS ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A.

ESTADOS DOS FLUXOS DE NUMERÁRIO CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS

TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (NOTAS 1 A 3)

(Milhares de Euros)

	Exercício 2007	Exercício 2006 (*)
1. FLUXOS DE NUMERÁRIO DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO		
Resultado do exercício	18.897	18.607
Ajustes ao resultado-		
Amortização de activos corpóreos	640	596
Amortização de activos incorpóreos	106	254
Perdas por deterioração de activos (líquido)	23.534	24.444
Dotações para provisões (líquido)	160	(76)
Lucros/Perdas por venda de activos corpóreos	1	-
Impostos	9.182	11.750
Resultado ajustado	52.520	55.575
Aumento/Diminuição líquida nos activos de exploração		
Investimentos de crédito-	(511.575)	733.967
Depósitos em entidades de crédito	9.011	-
Crédito à clientela	(520.692)	733.939
Outros activos financeiros	106	28
Outros activos de exploração	(1.526)	(3.327)
	(513.101)	730.640
Aumento/Diminuição líquida nos passivos de exploração		
Passivos financeiros a custo amortizado-	(558.954)	676.568
Depósitos de entidades de crédito	(459.737)	656.040
Outros passivos financeiros	(99.217)	20.528
Outros passivos de exploração	(5.504)	(11.856)
	(564.458)	664.712
Total fluxos de numerário líquidos das actividades de exploração (1)	1.163	(10.353)
2. FLUXOS DE NUMERÁRIO DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos-		
Activos corpóreos	(234)	(494)
Activos incorpóreos	(245)	(870)
	(479)	(1.364)
Total fluxos de numerário líquidos das actividades de investimento (2)	(479)	(1.364)
3. FLUXOS DE NUMERÁRIO DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão/Amortização do capital ou fundo de dotação	-	-
Outras contas relacionadas com as actividades de financiamento	-	-
Total fluxos de numerário líquido das actividades de financiamento (3)	-	-
4. EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO NO NUMERÁRIO OU EQUIVALENTES (4)	-	-
5. AUMENTO/ DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DO NUMERÁRIO OU EQUIVALENTES (1+2+3+4)	684	(11.717)
Numerário ou equivalentes no início do exercício	1.981	13.698
Numerário ou equivalentes no final do exercício	2.665	1.981

(*) Valores apresentados única e exclusivamente para efeitos comparativos.

As Notas 1 a 31 descritas na Memória em anexo, fazem parte integrante do estado de fluxos de numerário do exercício de 2007.

FINANCIERA EL CORTE INGLÉS

ESTABELECIMENTO FINANCEIRO DE CRÉDITO, S.A.

Memória correspondente ao exercício anual terminado

Em 31 de Dezembro de 2007

1. Resenha da Sociedade, bases de apresentação das contas anuais e outra informação

a) Resenha da Sociedade

A Financiera El Corte Inglés E.F.C., S.A. (adiante designada por “a Sociedade”), foi constituída a 27 de Novembro de 1995, com a denominação social de Financiera El Corte Inglés Entidade de Financiamento, S.A., e encontra-se inscrita no Registo de Estabelecimentos Financeiros de Crédito do Banco de Espanha com o número de código 8.805.

A Assembleia Geral Universal e Extraordinária de Accionistas celebrada a 4 de Novembro de 1996 aprovou, cumprindo o estabelecido no R.D. 692/1996, de 26 de Abril, sobre o regime jurídico dos estabelecimentos financeiros de crédito, a transformação da Sociedade em estabelecimento financeiro de crédito e a alteração da sua denominação social para a actual, assim como a modificação do seu objecto social, passando este a ser o da actividade própria de um estabelecimento financeiro de crédito, circunscrito às seguintes actividades principais:

1. As de empréstimo e crédito, incluindo crédito ao consumo, crédito hipotecário e o financiamento de transacções comerciais.
2. As de “factoring”, com ou sem recurso, e as actividades complementares da mesma, tais como as de investigação e classificação da clientela, contabilização de devedores e, em geral, qualquer outra actividade que tenda a favorecer a administração, avaliação, segurança e financiamento dos créditos provenientes da actividade comercial nacional ou internacional, que lhe sejam concedidos.
3. A emissão e gestão de cartões de crédito.
4. A concessão de avales e garantias e subscrição de compromissos similares.

Dada a actividade à qual a Sociedade se dedica, esta não tem responsabilidades, gastos, activos nem provisões e contingências de natureza meio-ambiental que possam ser significativos relativamente ao património, à situação financeira e aos resultados da mesma. Por este motivo não se incluem detalhes específicos no presente relatório de contas anuais no que respeita a informação sobre questões de meio-ambiente.

A Sociedade está integrada no Grupo El Corte Inglés (ver Nota 16), com o qual forma unidade de decisão. Portanto, algumas das suas operações efectuam-se em função dos interesses do Grupo.

O domicílio social da companhia encontra-se na Calle Hermosilla, 112, 28009 Madrid e o seu Código de Identificação Fiscal é: A-81322448. A Sociedade exerce a sua actividade em território espanhol, contando

com uma sucursal em Portugal. Em 31 de Dezembro de 2007 os activos desta sucursal representam 2,87% do activo total da Sociedade (2,23% do activo total em 31 de Dezembro de 2006).

A gestão e utilização de recursos alheios obtidos pelos estabelecimentos financeiros de crédito, assim como outros aspectos da sua actividade económica e financeira, encontram-se sujeitos a determinadas normas legais. Por outro lado, em 31 de Dezembro de 2007, a Sociedade não conta com agentes aos quais se aplique a Circular 6/2002 do Banco de Espanha.

A Sociedade iniciou a sua actividade no dia 1 de Junho de 1996, comercializando um produto de crédito denominado "Fórmula Pessoal de Pagamento", que consiste no financiamento ao comprador para aquisição a prazo de qualquer tipo de bens e serviços nos estabelecimentos comerciais das empresas que integram o Grupo El Corte Inglés, em particular El Corte Inglés, S.A., Hipercor, S.A. e Viajes El Corte Inglés, S.A. A conta a pagar pelo valor destas compras de bens e serviços é a indicada no ponto "Outros passivos financeiros" do balanço em anexo (ver Notas 12 e 28), sendo o seu vencimento à vista.

A partir de 1 de Maio de 1997 a Sociedade incorporou um novo produto de crédito na sua carteira, ao ser a titular dos cartões de crédito El Corte Inglés, S.A. emitidos desde essa data, tendo também a seu cargo a gestão e administração desses cartões. Do mesmo modo, passou a pertencer à Sociedade praticamente a totalidade dos cartões anteriormente emitidos pelo El Corte Inglés, S.A., mediante sucessivos trespases ao longo dos últimos anos.

Adicionalmente, a Sociedade presta diversos serviços ao Grupo El Corte Inglés. Em 31 de Dezembro de 2007 o valor facturado pela Sociedade ao Grupo por este conceito ascendia a 5.688 milhares de euros (5.853 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2006) dos quais 3.710 milhares de euros correspondem à conta "Comissões recebidas" e 1.978 milhares de euros à conta "Outros produtos de exploração" da conta de perdas e lucros correspondente ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2007 (3.559 e 2.294 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2006, respectivamente). A discriminação dos saldos com contas vinculadas em 31 de Dezembro de 2007 e durante o exercício terminado nessa data, inclui-se na Nota 28.

As contas anuais da Sociedade correspondentes ao exercício de 2006 foram aprovadas pela Assembleia Geral de Accionistas em reunião celebrada a 29 de Junho de 2007. As contas anuais correspondentes ao exercício de 2007 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. Contudo, o Conselho de Administração da Sociedade entende que estas contas anuais serão aprovadas sem alterações.

b) Bases de apresentação das contas anuais

As contas anuais da Sociedade correspondentes ao exercício de 2007 foram apresentadas pelos seus Administradores (na reunião do Conselho de Administração celebrada no dia 31 de Março de 2008), de acordo com o estabelecido na Circular 4/2004 do Banco de Espanha, de forma a mostrar a imagem fiel do património e da situação financeira da Sociedade em 31 de Dezembro de 2007 e dos resultados das suas operações, das alterações no património líquido e dos fluxos de numerário gerados durante o exercício anual terminado nessa data. Essas contas anuais foram preparadas a partir dos registos de contabilidade da Sociedade.

A Circular 4/2004 do Banco de Espanha, de 22 de Dezembro, exige, com carácter geral, que as contas anuais apresentem informação comparativa. Neste sentido, e de acordo com a legislação comercial, os Administradores da Sociedade apresentam, para efeitos comparativos de cada uma das contas do balanço, da conta de perdas e lucros, do estado de fluxos de numerário e do estado das alterações no património líquido, para além das cifras referentes ao exercício de 2007, as correspondentes ao exercício anterior, obtidas por aplicação da mencionada Circular. Consequentemente, as cifras correspondentes ao exercício de 2006 que constam nas contas anuais apresentam-se única e exclusivamente para efeitos de comparação.

Os Administradores da Sociedade não apresentaram contas anuais consolidadas por considerar que não cumprem nenhum dos requisitos estabelecidos no artigo 42 do Código Comercial.

Os principais princípios e políticas contabilísticas e critérios de valorização aplicados na preparação das contas anuais da Sociedade referentes ao exercício de 2007 encontram-se indicados na Nota 2. Não existe nenhum princípio contabilístico nem critério de valorização que, tendo um efeito significativo nas contas anuais do exercício de 2007, não se tenha aplicado na sua elaboração.

Nas contas anuais do exercício de 2007 utilizaram-se ocasionalmente estimativas realizadas pela Direcção da Sociedade, ratificadas posteriormente pelos seus Administradores, para quantificar alguns dos activos, passivos, receitas, gastos ou compromissos que se encontram registados nas mesmas. Basicamente, estas estimativas referem-se a:

- Perdas por deterioração de determinados activos (ver Nota 6);
- Hipóteses utilizadas no cálculo actuarial dos passivos e compromissos devidos a indemnizações por cessação (ver Nota 13) e,
- Vida útil dos activos corpóreos e incorpóreos (ver Notas 7 e 8).

Apesar destas estimativas terem sido realizadas em função da melhor informação disponível ao fecho do exercício de 2007 sobre os factos analisados, pode ocorrer que acontecimentos que venham a ter lugar no futuro obriguem a modificá-las (em alta ou em baixa) nos próximos exercícios de forma significativa, o que, no caso de ser necessário, se faria de acordo com o estabelecido na Norma Décimo Nona da Circular 4/2004 do Banco de Espanha (de forma prospectiva, reconhecendo os efeitos da alteração na estimativa que possam ocorrer na respectiva conta de perdas e lucros dos exercícios afectados).

c) Recursos próprios

Com a publicação da Lei 13/1992, de 1 de Junho, assim como da Circular 5/1993 do Banco de Espanha e das suas sucessivas modificações, entrou em vigor a normativa relativa ao cumprimento dos recursos próprios mínimos das entidades de crédito, tanto a nível individual como de grupo consolidado.

A Circular 3/1997, de 29 de Abril, do Banco de Espanha, que modifica a anterior Circular 5/1993, define o conceito de Grupo Misto não consolidável e estabelece a exigência de que esses grupos cumpram, de forma conjunta, determinados recursos próprios mínimos descritos na própria circular. A Sociedade constitui, juntamente com os Seguros El Corte Inglés, Vida, Pensões e Resseguros, S.A., um Grupo Misto não consolidável.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os recursos próprios contabilizáveis da Sociedade e do Grupo Misto não consolidável indicado, excedem os requerimentos mínimos exigidos pela normativa para o efeito em vigor.

A 16 de Fevereiro de 2008 foi publicado o Real Decreto 216/2008, de 15 de Fevereiro, referente a recursos próprios das entidades financeiras. Do mesmo modo, introduziu-se uma série de modificações na Lei 13/1985, de 25 de Maio, sobre coeficientes de investimento, recursos próprios e obrigações de informação dos intermediários financeiros. Estas novas normas têm como finalidade principal incorporar no ordenamento jurídico espanhol as Directivas 2006/48/CE e 2006/49/CE que, por sua vez, incluem o Novo Acordo de Basileia ("Basileia II") no ordenamento jurídico comunitário.

Consequentemente, no exercício de 2008, a Sociedade encontrar-se-á sujeita ao cálculo dos requerimentos de recursos próprios de acordo com o disposto nessas normas, que introduzem modificações na forma como as entidades devem calcular os seus recursos próprios mínimos, incluindo novos riscos que requerem consumo de capital, como o risco operacional, e novas metodologias e modelos de cálculo a aplicar pelas entidades, assim como novos requerimentos em forma de mecanismos de validação e de informação pública a revelar ao mercado.

Os Administradores da Sociedade declaram que a Sociedade realizará as adaptações necessárias nas suas políticas e processos para poder cumprir o disposto na mencionada normativa. Neste sentido, no âmbito de adaptação a Basileia II, implementar-se-ão ferramentas de gestão avançadas para a medição de riscos que incorporem, como uma variável fundamental dos modelos, a análise dos requerimentos de recursos próprios e os impactos das decisões tomadas pela Sociedade. Como tal, à data da formulação das presentes contas anuais ainda não é possível estimar de forma íntegra e fiável os potenciais impactos da mencionada normativa.

d) Factos posteriores

Entre o dia 1 de Janeiro de 2008 e a data de formulação destas contas anuais não ocorreu nenhum facto que tenha um efeito significativo nessas contas anuais nem na informação contida nas mesmas.

2. Princípios e políticas contabilísticas e critérios de valorização aplicados

Na preparação destas contas anuais aplicaram-se os seguintes princípios e políticas contabilísticas e critérios de valorização:

a) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

Um “instrumento financeiro” é um contrato que dá lugar a um activo financeiro numa entidade e, simultaneamente, a um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade.

Um “instrumento de capital” é um negócio jurídico que evidencia uma participação residual nos activos da entidade que o emite depois de deduzidos todos os seus passivos.

Os direitos e obrigações surgidos na sequência de planos de prestações para os empregados não são tratados, para efeitos contabilísticos, como um instrumento financeiro (ver o ponto “n” desta Nota).

ii. Classificação dos activos financeiros para efeitos de valorização

De forma geral, os activos financeiros foram incluídos, para efeitos da sua valorização, na categoria de “Investimentos de crédito”. Esta categoria inclui os activos financeiros que, não sendo negociados num mercado activo nem sendo obrigatório valorizá-los pelo seu valor razoável, os seus fluxos de numerário são de valor determinado ou determinável e nos quais se recuperará todo o desembolso efectuado pela Sociedade, excluindo as razões imputáveis à solvência do devedor. Portanto, engloba os valores não quotizados representativos da dívida, o financiamento prestado a terceiros com origem nas actividades típicas de crédito e empréstimo realizadas pela Sociedade e as dívidas contraídas com a Sociedade pelos compradores de bens e pelos utilizadores dos serviços que prestam.

iii. Classificação dos activos financeiros para efeitos de apresentação

Os activos financeiros estão apresentados no balanço anexo, agrupados nas diferentes categorias em que se classificam para efeitos da sua gestão e valorização (ver capítulo ii. anterior), salvo se corresponderem a “Caixa e depósitos em Bancos Centrais”, que se apresentam de forma independente.

Os activos financeiros discriminam-se em função da sua instrumentação, nas seguintes epígrafes do balanço:

- Caixa e depósitos em Bancos Centrais: saldos em numerário e saldos devedores com o Banco de Espanha e outros Bancos Centrais.
- Depósitos em entidades de crédito: créditos de qualquer natureza em nome de entidades de crédito.
- Créditos à clientela: saldos devedores de todos os créditos ou empréstimos concedidos pela Sociedade, salvo os instrumentados como valores negociáveis, as operações do mercado monetário realizadas através de contrapartidas centrais, os direitos de cobrança das operações de arrendamento financeiro, bem como os concedidos a entidades de crédito.
- Outros activos financeiros: outros saldos devedores a favor da Sociedade por operações que não tenham a natureza de créditos (cheques a débito de entidades de crédito, saldos pendentes de cobrança das Câmaras e Organismos liquidadores por operações na Bolsa e mercados organizados, fianças dadas em numerário, os dividendos passivos exigidos e comissões por garantias financeiras pendentes de cobrança, entre outros conceitos).

iv. Classificação dos passivos financeiros para efeitos de valorização

Os passivos financeiros foram classificados, para efeitos da sua valorização, como passivos financeiros a custo amortizado. Estes passivos financeiros respondem às actividades típicas de captação de fundos das entidades financeiras, qualquer que seja a sua forma de instrumentalização e o seu prazo de vencimento.

v. Classificação dos passivos financeiros para efeitos de apresentação

Os passivos financeiros são apresentados no balanço, agrupados nas diferentes categorias em que se classificam para efeitos da sua gestão e valorização.

Em função da sua instrumentação, os passivos financeiros incluem-se nas seguintes contas:

- Depósitos de entidades de crédito: depósitos de qualquer natureza, incluídos os créditos e operações do mercado monetário em nome de entidades de crédito.
- Outros passivos financeiros: inclui o valor das obrigações a pagar com natureza de passivos financeiros não incluídas noutras contas.

b) Valorização e registo de resultados dos activos e passivos financeiros

De forma geral, os instrumentos financeiros são registados inicialmente pelo seu valor razoável que, salvo evidência em contrário, será o respectivo custo de aquisição. Posteriormente, e por ocasião de cada fecho contabilístico, efectua-se a sua valorização de acordo com os seguintes critérios:

i. Valorização dos activos financeiros

Os “Investimentos de crédito” valorizam-se pelo seu “custo amortizado”, utilizando-se para a sua determinação o método da “taxa de juros efectiva”. Por “custo amortizado” entende-se o custo de aquisição de um activo ou passivo financeiro corrigido (para mais ou para menos, conforme o caso) pelos reembolsos do principal e a parte imputada sistematicamente à conta de perdas e lucros da diferença entre o custo inicial e o correspondente valor de reembolso à data de vencimento. No caso dos activos financeiros, o custo amortizado inclui ainda as correcções ao seu valor decorrentes da deterioração que tenham sofrido. Neste sentido cabe mencionar que a 31 de Dezembro de 2006, a Sociedade, tendo consultado previamente o Banco de Espanha, não registou a cobertura de insolvências para as perdas por deterioração determinadas colectivamente para as operações classificadas como investimentos de crédito que venciam em 31 de

Dezembro de 2006 e que não foram anuladas do activo da Sociedade por este não ser um dia útil. Essas operações (por um valor de 594.667 milhares de euros) foram anuladas do balanço da Sociedade a 2 de Janeiro de 2007.

A “taxa de juros efectiva” é a taxa de actualização que iguala exactamente o valor inicial de um instrumento financeiro com os fluxos de numerário estimados durante a vida prevista do instrumento financeiro, a partir das suas condições contratuais, mas sem considerar futuras perdas por risco de créditos. Para os instrumentos financeiros com taxa de juros fixa, a taxa de juros efectiva coincide com a taxa de juros contratual definida no momento da sua aquisição mais, se for o caso, as comissões que, pela sua natureza, sejam assimiláveis a uma taxa de juros. Nos instrumentos financeiros com taxa de juros variável, a taxa de juros efectiva coincide com a taxa de rendimento vigente para todos os conceitos até à próxima revisão da taxa de juros de referência.

Os valores pelos quais se encontram registados os activos financeiros representam, em todos os aspectos significativos, o nível máximo de exposição da Sociedade em cada data de apresentação dos estados financeiros.

ii. Valorização dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são valorizados, geralmente, pelo seu custo amortizado, tal como foi definido anteriormente.

iii. Registo de resultados

Como norma geral, as variações no valor razoável dos instrumentos financeiros registam-se com contrapartida na conta de perdas e lucros, diferenciando-se entre as que têm a sua origem no auferimento de juros, (que se registam nos capítulos “Juros e rendimentos assimilados” ou “Juros e encargos assimilados”, conforme o caso), as originadas pela deterioração na qualidade do crédito dos activos que se registam no capítulo “Perdas por deterioração de activos”, e as que correspondam a outras causas que se registam, pelo seu valor líquido, no capítulo “Resultados de operações financeiras” da conta de perdas e lucros.

c) Baixa no balanço dos activos e passivos financeiros

O tratamento contabilístico das transferências de activos financeiros está condicionado pelo grau e pela forma em que se transferem para terceiros os riscos e lucros associados aos activos que se transferem:

1. Se os riscos e lucros forem transferidos substancialmente para terceiros – no caso das vendas incondicionais, das vendas com pacto de recompra pelo seu valor razoável à data da recompra, das vendas de activos financeiros com uma opção de compra adquirida ou de venda emitida profundamente fora de dinheiro, das titularidades de activos nas quais o cedente não retém financiamentos subordinados nem concede nenhum tipo de melhoria de crédito aos novos titulares e outros casos semelhantes -, dá-se baixa do activo financeiro transferido no balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retido ou criado como consequência da transferência.
2. Se os riscos e lucros associados ao activo financeiro transferido forem substancialmente retidos – no caso das vendas de activos financeiros com pacto de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais um determinado juro, dos contratos de empréstimo de valores nos quais o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos activos ou activos similares e outros casos análogos -, não se dá baixa do activo financeiro transferido no balanço e continua a ser valorizado com os mesmos critérios utilizados antes da transferência. Pelo contrário, são reconhecidos contabilisticamente:
 - a. Um passivo financeiro associado por um valor igual ao da contraprestação recebida, que se valoriza posteriormente pelo seu custo amortizado.

- b. Quer as receitas do activo financeiro transferido (mas do qual não se deu baixa) como os gastos do novo passivo financeiro.
3. Se não se transferirem nem se reterem substancialmente os riscos e lucros associados ao activo financeiro transferido – no caso das vendas de activos financeiros com uma opção de compra adquirida ou de venda emitida que não estejam profundamente dentro ou fora de dinheiro, das titularidades em que o cedente assume um financiamento subordinado ou outro tipo de melhorias de crédito por uma parte do activo transferido e outros casos semelhantes, distingue-se entre:
 - a. Se a entidade cedente não retém o controlo do activo financeiro transferido: dá-se baixa no balanço e reconhece-se qualquer direito ou obrigação retido ou criado como consequência da transferência.
 - b. Se a entidade cedente retém o controlo do activo financeiro transferido: continua a ser reconhecido no balanço por um valor igual à sua exposição às mudanças de valor que possa sofrer e reconhece um passivo financeiro associado ao activo financeiro transferido. O valor líquido do activo transferido e o passivo associado será o custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o activo transferido se mede pelo seu custo amortizado, ou pelo valor razoável dos direitos e obrigações retidos, se o activo transferido se mede pelo seu valor razoável.

De acordo com o anteriormente exposto, só se dá baixa dos activos financeiros no balanço quando se tiverem extinguido os direitos sobre os fluxos de numerário que geram ou quando se tiverem transferido substancialmente para terceiros os riscos e lucros que têm implícitos. Da mesma forma, só se dá baixa dos passivos financeiros no balanço quando se tiverem extinguido as obrigações que geram ou quando se adquirirem (quer seja com a intenção de os cancelar, quer seja com a intenção de os colocar de novo).

d) Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são objecto de compensação, ou seja, de apresentação no balanço pelo seu valor líquido, apenas quando a Sociedade tem tanto o direito, exigível legalmente, de compensar os valores reconhecidos nos instrumentos citados, como a intenção de liquidar a quantidade líquida, ou de realizar o activo e efectuar o pagamento do passivo em simultâneo.

e) Deterioração do valor dos activos financeiros

i. Definição

Um activo financeiro considera-se deteriorado (e, conseqüentemente, corrige-se o seu valor em livros para reflectir o efeito da sua deterioração) quando existe uma evidência objectiva de que se produziram eventos que dão lugar a:

- No caso dos instrumentos de dívida (créditos e valores representativos de dívida), um impacto negativo nos futuros fluxos de numerário estimados no momento de se formalizar a transacção.
- No caso dos instrumentos de capital, em que não se possa recuperar integralmente o seu valor em livros.

Como critério geral, a correcção do valor em livros dos instrumentos financeiros, devido à sua deterioração, efectua-se com débito à conta de perdas e lucros do exercício em que tal deterioração se manifesta. As recuperações das perdas por deterioração previamente registadas, caso ocorram, são reconhecidas na conta de perdas e lucros do exercício em que a deterioração se elimina ou se reduz.

Quando se considera remota a recuperação de qualquer valor registado, este elimina-se do balanço, sem prejuízo das actuações que possa levar a cabo a Sociedade para tentar conseguir a sua cobrança enquanto

não se tenham extinguido definitivamente os seus direitos, quer seja por prescrição, perdão ou outras causas.

ii. Instrumentos de dívida valorizados ao seu custo amortizado

O valor das perdas por deterioração incorrido por estes instrumentos é igual à diferença entre os seus respectivos valores em livros e os valores actuais dos seus futuros fluxos de numerário estimados, que se apresentam diminuindo os saldos dos activos que corrigem.

O processo de avaliação das possíveis perdas por deterioração leva-se a cabo:

- Individualmente, para todos os instrumentos de dívida significativos e para os que, não sendo significativos, não são susceptíveis de serem classificados em grupos homogéneos de instrumentos de características similares: tipo de instrumento, sector de actividade do devedor e área geográfica da sua actividade, tipo de garantia e antiguidade dos valores vencidos.
- Colectivamente, nos restantes casos. Estabelecem-se diferentes classificações das operações, tendo em atenção a natureza dos obrigados ao pagamento, situação da operação e tipo de garantia com a que conta e antiguidade da morosidade, fixando-se para cada um destes grupos de risco as perdas mínimas por deterioração ("perdas identificadas").

Adicionalmente às perdas identificadas, constitui-se uma provisão para as perdas inerentes aos instrumentos de dívida, classificados como risco normal tendo em conta a experiência histórica das deteriorações e as demais circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

O conjunto das coberturas existentes a qualquer momento é a soma das correspondentes às perdas por operações específicas e às perdas por deterioração inerentes.

O reconhecimento na conta de perdas e lucros da remuneração de juros interrompe-se para todos os instrumentos de dívida qualificados individualmente como deteriorados, assim como para os que foram calculadas colectivamente perdas por deterioração por terem valores vencidos com uma antiguidade igual ou superior a 3 meses.

f) Activos corpóreos

Este capítulo do balanço inclui o valor das instalações, mobiliário, equipamentos de informática e maquinaria propriedade da Sociedade e classificados como imobilizado material para uso próprio.

O imobilizado de uso próprio (que inclui, entre outros, os activos corpóreos recebidos para a liquidação, total ou parcial, de activos financeiros que representam direitos de cobrança em relação a terceiros e aos quais se prevê dar-lhes uma utilização continuada e própria, assim como os que se estão a adquirir em regime de arrendamento financeiro), apresenta-se ao custo de aquisição, regularizado e actualizado, se for o caso, de acordo com as disposições legais aplicáveis, menos a correspondente amortização acumulada e, se for o caso, as perdas por deterioração resultantes da comparação do valor líquido de cada conta com o seu correspondente valor recuperável.

A amortização calcula-se, aplicando o método linear sobre o custo de aquisição dos activos menos o seu valor residual. As dotações anuais por conceito de amortização dos activos corpóreos realizam-se com contrapartida na conta de perdas e lucros e, basicamente, equivalem às percentagens de amortização seguintes (determinadas em função dos anos de vida útil estimada, tendo como média, os diferentes elementos):

	Percentagem de Amortização Anual	
	Activos Novos	Activos Usados
Instalações	8-18	26
Mobiliário e equipamento de escritório	10	21
Equipamentos informáticos	25	50
Maquinaria	12	28

Em cada fecho contabilístico, a Sociedade analisa se existem indícios de que o valor líquido dos elementos do seu activo corpóreo excede o correspondente valor recuperável. Neste caso, reduz o valor em livros do activo de que se trate até ao seu valor recuperável e ajusta os débitos futuros por conceito de amortização em proporção ao seu valor em livros ajustado e à sua nova vida útil remanescente, no caso de ser necessária uma nova estimativa da mesma.

Da mesma forma, quando existem indícios de que se recuperou o valor de um activo corpóreo, a Sociedade regista a reversão da perda por deterioração contabilizada em períodos anteriores e, consequentemente, ajusta os débitos futuros por conceito de amortização. Em nenhum caso, a reversão da perda por deterioração de um activo pode pressupor o aumento do seu valor em livros por cima do que teria se não se tivessem reconhecido perdas por deterioração em exercícios anteriores.

Os gastos de conservação e manutenção dos activos corpóreos de uso próprio são imputados aos resultados do exercício em que incidem.

g) Activos incorpóreos

São activos não monetários identificáveis (susceptíveis de serem separados de outros activos), embora sem aparência física (listas de clientes, patentes, direitos de trespasse, programas informáticos, entre outros conceitos), que surgem como consequência de um negócio jurídico ou então foram desenvolvidos pela Sociedade. Só são reconhecidos contabilisticamente os activos incorpóreos cujo custo se pode estimar de maneira fiável e dos quais a Sociedade estima provável obter lucros económicos no futuro.

Os activos incorpóreos reconhecem-se inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção e, posteriormente, valorizam-se pelo seu custo menos, conforme corresponda, a sua respectiva amortização acumulada e as perdas por deterioração que tenham sofrido.

Os activos incorpóreos podem ser de “vida útil indefinida (quando, com base nas análises realizadas a todos os factores relevantes, se conclui que não existe um limite previsível do período durante o qual se espera que irão gerar fluxos líquidos de numerário a favor da Sociedade) ou de “vida útil definida, (nos restantes casos).

Os activos incorpóreos de vida útil indefinida não se amortizam, embora, no momento de cada fecho contabilístico, a Sociedade reveja as suas respectivas vidas úteis remanescentes no sentido de se assegurar que estas continuam a ser indefinidas ou, caso contrário, de proceder em conformidade. Os activos incorpóreos com vida útil definida amortizam-se em função da mesma, aplicando-se critérios semelhantes aos adoptados para a amortização dos activos corpóreos.

Os débitos às contas de perdas e lucros pela amortização destes activos encontram-se registados na epígrafe “Amortização – Activos incorpóreos”.

Em ambos os casos, a Sociedade reconhece contabilisticamente qualquer perda que tenha podido ocorrer no valor registado destes activos com origem na sua deterioração, utilizando como contrapartida a epígrafe “Perdas por deterioração de activos - Outro activo incorpóreo” da conta de perdas e lucros. Os critérios para o reconhecimento das perdas por deterioração destes activos e, se for o caso, das recuperações das perdas por deterioração registadas em exercícios anteriores são similares aos aplicados para os activos corpóreos.

Programas informáticos desenvolvidos pela própria entidade

Os programas informáticos desenvolvidos internamente são reconhecidos como activos incorpóreos quando, entre outros requisitos (basicamente a capacidade para os utilizar ou vender), esses activos podem ser identificados e pode-se demonstrar a sua capacidade de gerar lucros económicos no futuro.

Os gastos incorridos durante a fase de investigação são reconhecidos directamente na conta de perdas e lucros do exercício em que incorrem, não podendo incluir-se posteriormente no valor em livros do activo incorpóreo.

h) Activos fiscais

Este capítulo do balanço inclui o valor de todos os activos de natureza fiscal, diferenciando entre: “Correntes” (valores a recuperar por impostos nos próximos doze meses) e “Diferidos” (valores dos impostos a recuperar em exercícios futuros, incluindo os derivados de bases tributáveis negativas ou de créditos por deduções ou bonificações fiscais pendentes de compensar).

i) Periodizações (activo e passivo)

Estes capítulos do balanço incluem o saldo das contas de periodização, excepto as que correspondem a juros auferidos, que se reflectem nas epígrafes em que estão englobados os instrumentos financeiros que os geram.

j) Outros activos e Outros passivos

O capítulo “Outros Activos” do balanço inclui o valor dos activos não registados noutras categorias.

O capítulo “Outros Passivos” do balanço inclui o valor dos passivos não registados noutras categorias.

k) Provisões e passivos contingentes

As provisões são obrigações actuais da Sociedade, surgidas em virtude de acontecimentos passados, que estão claramente especificadas relativamente à sua natureza à data à qual se referem os estados financeiros, mas que são indeterminadas relativamente ao seu valor ou momento do cancelamento, para cujo vencimento, e para as cancelar, a Sociedade espera desprender-se dos recursos que incluam lucros económicos.

Os passivos contingentes são obrigações possíveis da Sociedade surgidas como consequência de acontecimentos passados, cuja existência está condicionada para que ocorram, ou não, um ou mais eventos futuros independentes da vontade da Sociedade. Inclui as obrigações actuais da Sociedade cujo cancelamento não é provável que origine uma diminuição de recursos que incluam lucros económicos ou cujo valor não possa ser quantificado com fiabilidade suficiente.

As contas anuais englobam as provisões significativas relativamente às quais se estima que a probabilidade de se ter que cumprir a obrigação é maior que o contrário. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas contas anuais, mas, no caso de existirem, a respectiva informação encontra-se no Relatório.

As provisões (que se quantificam tendo em consideração a melhor informação disponível sobre as consequências do acontecimento que lhes deu origem e são estimadas no momento de cada fecho contabilístico) utilizam-se para confrontar as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas; procede-se à sua reversão, total ou parcial, quando essas obrigações deixam de existir ou diminuem.

As provisões classificam-se em função das obrigações cobertas em:

- Fundos para pensões e obrigações similares: inclui o valor de todas as provisões constituídas para a cobertura das indemnizações por cessação, incluídos os compromissos assumidos com o pessoal pré-reformado e obrigações semelhantes.
- Provisões para riscos e compromissos contingentes e outras provisões: inclui o valor das provisões constituídas para a cobertura de riscos contingentes, entendidos como aquelas operações em que a Sociedade garante obrigações de um terceiro, surgidas como consequência de garantias financeiras concedidas ou outro tipo de contratos, e de compromissos contingentes, entendidos como compromissos irrevocáveis que podem dar lugar ao reconhecimento de activos financeiros a favor de terceiros, assim como o valor das restantes provisões constituídas pela Sociedade.

l) Transacções em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio que se produzem ao converter os saldos denominados em moeda estrangeira para a moeda funcional registam-se, geralmente, pelo seu valor líquido, no capítulo “Diferenças de câmbio” da conta de perdas e lucros; à excepção das diferenças de câmbio produzidas em instrumentos financeiros classificados com o seu valor razoável com câmbios em perdas e lucros, que se registam na conta de perdas e lucros sem as diferenciar das restantes variações que o seu valor razoável possa sofrer. Durante os exercícios 2007 e 2006 não ocorreram diferenças de câmbio uma vez que não existiram saldos denominados em moeda estrangeira.

m) Reconhecimento de Receitas e Gastos

Seguidamente, resumem-se os critérios mais significativos utilizados pela Sociedade para o reconhecimento das suas receitas e gastos:

i. Receitas e gastos por juros e conceitos assimilados

De forma geral, as receitas e gastos por juros e conceitos assimilados aos mesmos são reconhecidos contabilisticamente em função do seu período de remuneração, por aplicação do método de juro efectivo.

ii. Comissões, honorários e conceitos assimilados

Estas receitas e gastos são reconhecidos na conta de perdas e lucros com critérios distintos, de acordo com a sua natureza. Os mais significativos são:

- Os que têm a sua origem em transacções ou serviços que se prolongam ao longo do tempo, são diferidos durante a vida dessas transacções ou serviços.

- Os que surgem na prestação de um serviço que se executa num acto singular, quando se realiza o acto singular que os origina.

iii. Receitas e gastos não financeiros

São reconhecidos contabilisticamente de acordo com o critério de remuneração.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos no tempo

São reconhecidos contabilisticamente pelo valor que resulta da actualização financeira às taxas de mercado dos fluxos de numerário previstos.

n) Indemnizações por cessação

De acordo com o Contrato Colectivo de Trabalho em vigor, a Sociedade assumiu o compromisso de premiar os empregados que optem pela possibilidade de se reformarem antes de atingirem a idade legal de reforma (65 anos), tendo direito a tal.

A 31 de Dezembro de 2007, a Sociedade tem destinada uma provisão por fundos de pensões e obrigações similares, conforme o descrito na norma Trigésima Quinta, alínea D, da Circular 4/2004, do Banco de Espanha, que regista o passivo total auferido àquela data, pelos compromissos a favor do seu pessoal, no valor de 1.906 milhares de euros (1.755 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2006), cujo cálculo se fundamentou em parâmetros actuariais e financeiros (ver Nota 13).

O valor destes compromissos foi determinado de forma independente, aplicando-se na sua quantificação, as seguintes hipóteses actuariais não transversais e compatíveis entre si:

	2007	2006
Taxa de juros técnica anual	2,42%	2,42%
Tabelas de mortalidade	GRM/F 95	GRM/F 95
Taxa anual de crescimento dos salários	4,10%	4%
Taxa anual de revisão de pensões da Segurança Social	2%	2%

As indemnizações por cessação são reconhecidas na conta de perdas e lucros da forma seguinte:

- O custo dos serviços do período corrente (entendendo como tal o aumento do valor actual das obrigações que é originado como consequência dos serviços prestados no exercício pelos empregados) no capítulo "Gastos de pessoal".
- O custo por juros (entendendo como tal o aumento produzido no exercício do valor actual das obrigações como consequência da passagem do tempo), no capítulo "Juros e encargos assimilados".

o) Indemnizações por despedimento

De acordo com a legislação em vigor, a Sociedade está obrigada a indemnizar os empregados que sejam despedidos sem justa causa. Não existe nenhum plano de redução de pessoal que torne necessária a dotação de uma provisão por este conceito.

p) Imposto sobre Lucros

O gasto devido ao imposto sobre lucros do exercício é determinado pelo imposto a pagar relativamente ao resultado fiscal desse exercício, uma vez consideradas as variações produzidas nesse exercício, originadas pelas diferenças temporárias dos créditos por deduções e bonificações e de bases tributáveis negativas.

A Lei 35/2006 de 28 de Novembro, relativa ao Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Físicas e da modificação parcial das leis referentes a Impostos sobre Sociedades, sobre Rendimentos de não Residentes e sobre o Património, estabeleceu, entre outros aspectos, a redução ao longo de dois anos do tipo de gravame geral do Imposto sobre Sociedades, que até 31 de Dezembro de 2006 se situava em 35%, de forma que essa taxa ficou definida da seguinte forma:

Períodos Tributáveis que Comecem a partir de	Tipo de Gravame
1 de Janeiro de 2007	32,5%
1 de Janeiro de 2008	30 %

Por este motivo, no exercício de 2006, a Sociedade efectuou uma nova estimativa do valor dos activos por impostos diferidos contabilizados no balanço, tendo em conta o exercício em que previsivelmente ocorrerá a reversão correspondente. Consequentemente, registou-se um débito líquido no capítulo "Imposto sobre sociedades" da conta de perdas e lucros por um valor de 1.150 milhares de euros.

Os activos e passivos por impostos diferidos incluem as diferenças temporárias, que se identificam como os valores que se prevê que serão pagos ou recuperados pelas diferenças entre o valor em livros dos elementos patrimoniais e as correspondentes bases fiscais ("valor fiscal").

Os activos devido a impostos diferidos, os créditos por deduções e bonificações e as bases tributáveis negativas só são reconhecidos no caso de se considerar provável que a Sociedade venha a ter no futuro suficientes lucros fiscais contra os quais se possa torná-los efectivos.

Os passivos devido a impostos diferidos registam-se sempre contabilisticamente excepto se se reconhecer um fundo de comércio ou se forem registados na contabilização de investimentos em entidades dependentes, associadas, ou participações em negócios conjuntos, se a entidade investidora for capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e, além disso, seja provável que não reverta no futuro. Não obstante, os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando se registar inicialmente um elemento patrimonial, que não seja uma combinação de negócios que, no momento do reconhecimento, não tenha afectado nem o resultado contabilístico nem fiscal.

No momento de cada fecho contabilístico, efectua-se uma revisão dos impostos diferidos registados (tanto activos como passivos) a fim de comprovar que se mantêm vigentes, efectuando-se as correcções adequadas nos mesmos de acordo com os resultados das análises realizadas.

q) Prazos residuais das operações e taxas médias de juro

Na Nota 27 deste Relatório encontra-se o detalhe dos vencimentos das contas que integram os saldos de determinadas epígrafes dos balanços a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 assim como as respectivas taxas médias de juros anuais dos exercícios 2007 e 2006.

r) Estados de fluxos de numerário

Nos estados de fluxos de numerário, utilizam-se as seguintes expressões com os significados que se seguem:

- Fluxos de numerário: entradas e saídas de dinheiro em numerário e dos seus equivalentes; entendendo por equivalentes os investimentos a curto prazo de grande liquidez e baixo risco de alterações no seu valor.
- Actividades de exploração: actividades típicas das entidades de crédito, assim como outras actividades que não podem ser qualificadas como de investimento ou de financiamento.
- Actividades de investimento: as de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de activos a longo prazo e outros investimentos não incluídos no numerário e seus equivalentes.
- Actividades de financiamento: actividades que produzem alterações no tamanho e composição do património líquido e dos passivos que não fazem parte das actividades de exploração.

Para efeitos da elaboração do estado de fluxos de numerário, foram considerados como “numerário e equivalentes de numerário” os seguintes activos e passivos financeiros:

- Os saldos mantidos com o Banco de Espanha, que se encontram registados no capítulo “Caixa e Depósitos em Bancos Centrais” do balanço. O valor destes saldos a 31 de Dezembro de 2007 ascendia a 31 mil euros (30 mil euros a 31 de Dezembro de 2006).
- Os saldos devedores à vista mantidos com entidades de crédito diferentes das dos Bancos Centrais encontram-se registados na epígrafe “Investimentos de Crédito – Depósitos em entidades de crédito” do balanço, ascendendo o seu valor a 2.634 milhares de euros no fecho do exercício de 2007 (1.951 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2006).

3. Distribuição de resultados da Sociedade e Lucros por acção

a) Distribuição de resultados da Sociedade

A proposta de distribuição do lucro líquido da Sociedade relativo ao exercício de 2007 que o Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral de Accionistas para a sua aprovação é a seguinte:

	Milhares de Euros
Distribuição:	
Reserva legal	1.890
Reservas voluntárias	17.007
Lucros líquidos do exercício	18.897

b) Lucro básico por acção

O lucro básico por acção determina-se dividindo o resultado líquido do exercício entre o número médio ponderado das acções em circulação durante esse exercício, excluindo o número médio das acções próprias mantidas ao longo do mesmo.

De acordo com o indicado:

	2007	2006
Resultado líquido do exercício (milhares de euros)	18.897	18.607
Número médio ponderado de acções em circulação (milhares de acções)	27.300	27.300
Lucro básico por acção (euros)	0,69	0,68

Ao não existir nenhum efeito ilusor, o lucro básico coincide com o lucro diluído.

4. Retribuições, outras prestações ao Conselho de Administração, participações em sociedades com actividades similares e realização por conta própria ou alheia de actividades similares por parte dos membros do Conselho de Administração e outra informação

Durante os exercícios de 2007 e 2006, os membros do Conselho de Administração da Sociedade não receberam nem auferiram nenhum tipo de remuneração (ordenados e salários, ajudas de custo, etc.), nem existem adiantamentos, créditos ou garantias concedidas, nem obrigações contraídas pela Sociedade em matéria de pensões ou seguros de vida com nenhum deles nem com anteriores membros do Conselho de Administração.

Em conformidade com o definido no artigo 127 ter.4 da Lei de Sociedades Anónimas, introduzido pela Lei 26/2003, de 17 de Julho, que modifica a Lei 24/1988, de 28 de Julho, do Mercado de Valores, e o Texto Refundido da Lei de Sociedades Anónimas, faz-se constar que, durante o exercício fechado a 31 de Dezembro de 2007, os membros do Conselho de Administração não mantiveram participações no capital de sociedades com um género de actividade igual, análogo ou complementar ao que constitui o objecto social da Sociedade. Também não realizaram nem realizam actividades por conta própria ou alheia com o género de actividade igual, análogo ou complementar ao que constitui o objecto social da Sociedade.

5. Depósitos em entidades de crédito

O saldo desta epígrafe dos balanços engloba o saldo das contas correntes mantidas pela Sociedade em diversas entidades de crédito, todas elas expressas em euros. Essas contas correntes não venceram juros durante os exercícios de 2007 e 2006. Esta epígrafe inclui, assim, o valor pendente de cobrança por operações de factoring realizadas, que a 31 de Dezembro de 2007 ascendia a 3.086 milhares de euros (1.697 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2006).

Na Nota 27 encontra-se discriminado o prazo de vencimento destes activos no fecho dos exercícios de 2007 e 2006, assim como as respectivas taxas médias de juro anuais desses exercícios.

6. Crédito à clientela

Seguidamente, discrimina-se o saldo desta epígrafe dos balanços, atendendo à modalidade e situação das operações, ao sector de actividade do beneficiário do crédito, à área geográfica da sua residência e à modalidade da taxa de juro das operações:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Por modalidade e situação do crédito:		
Crédito comercial	7.975	3.300
Outros devedores a prazo	790.723	777.890
Devedores à vista e vários	869.274	1.437.023
Activos deteriorados	97.708	74.753
	1.765.680	2.292.786
Por sector de actividade do beneficiário do crédito:		
Outros sectores residentes	1.721.592	2.240.577
Não residentes	44.088	52.209
	1.765.680	2.292.786
Por área geográfica:		
Espanha	1.721.592	2.240.577
Resto União Europeia	44.088	52.209
	1.765.680	2.292.786
Por modalidade da taxa de juro:		
À taxa zero	1.168.562	1.645.077
À taxa de juro fixo	597.118	647.709
	1.765.680	2.292.786
Menos: Ajustes por valorização	(102.751)	(85.631)
<i>Dos quais:</i>		
<i>Perdas por deterioração</i>	<i>(102.751)</i>	<i>(85.631)</i>
	1.662.929	2.207.155

Na Nota 27 encontra-se discriminado o prazo de vencimento destes activos no fecho dos exercícios de 2007 e 2006, bem como as respectivas taxas médias de juros anuais desses exercícios.

A 31 de Dezembro de 2007 os clientes da Sociedade mantinham como disponível de crédito por terceiros em cartões com cláusula de revogabilidade, um saldo de 12.258.990 milhares de euros (11.752.772 milhares de euros em 2006) – ver Nota 18.

Perdas por deterioração

A seguir mostra-se o movimento que se produziu no saldo da conta de “Perdas por deterioração” do quadro anterior, durante os exercícios de 2007 e 2006:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Saldo no início do exercício	85.631	67.005
Dotações com débito a resultados do exercício:	34.457	36.094
<i>Das quais:</i>		
<i>Determinadas individualmente</i>	34.457	36.094
<i>Determinadas colectivamente</i>	-	-
Recuperação de dotações com crédito a resultados	(12.773)	(14.809)
Dotações líquidas do exercício	21.684	21.285
Cancelamentos líquidos por falências e outros movimentos	(4.564)	(2.659)
Saldo no fecho do exercício	102.751	85.631
<i>Em função da forma da sua determinação:</i>		
<i>Determinado individualmente</i>	67.548	50.024
<i>Determinado colectivamente</i>	35.203	35.607

Activos falidos

Seguidamente, apresenta-se discriminado o movimento que se produziu no saldo dos activos financeiros classificados como investimentos de crédito e considerados como falidos devido ao seu risco de crédito a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Saldo no início do exercício	960	50
Registos:		
Com débito a correcções de valor por deterioração de activos	4.564	2.659
Com débito directo na conta de perdas e lucros	1.889	3.160
Produtos vencidos e não cobrados	94	103
<i>Total Registos</i>	6.547	5.922
Baixas:		
Por recuperação em numerário principal	(38)	(1)
Por recuperação de produtos vencidos e não cobrados	(1)	-
Por outros conceitos	(5.554)	(5.011)
<i>Total Baixas</i>	(5.593)	(5.012)
Saldo no fecho do exercício	1.914	960

Os activos em suspenso recuperados durante o exercício de 2007 ascenderam a 39 mil euros (mil euros no exercício de 2006).

7. Activos corpóreos

a) Movimento

O movimento que se produziu no saldo deste capítulo dos balanços, que está integralmente formado por imobilizado de uso próprio, durante os exercícios de 2007 e 2006, foi o seguinte:

	Milhares de Euros
Custo-	
Saldos a 1 de Janeiro de 2006	5.951
Acréscimos	494
Deduções	(6)
Saldos a 31 de Dezembro de 2006	6.439
Acréscimos	234
Deduções	(8)
Saldos a 31 de Dezembro de 2007	6.665
Amortização acumulada-	
Saldos a 1 de Janeiro de 2006	(3.546)
Dotações líquidas	(596)
Deduções	6
Saldos a 31 de Dezembro de 2006	(4.136)
Dotações líquidas	(640)
Deduções	7
Saldos a 31 de Dezembro de 2007	(4.769)
Activo corpóreo líquido-	
Saldos a 31 de Dezembro de 2006	2.303
Saldos a 31 de Dezembro de 2007	1.896

Os activos totalmente amortizados a 31 de Dezembro de 2007 têm um custo de 2.943 milhares de euros (2.125 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2006).

b) Activos corpóreos de uso próprio

A discriminação, de acordo com a sua natureza, das contas que integram o saldo, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, desta epígrafe dos balanços, é a seguinte:

	Milhares de Euros		
	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Instalações	3.239	(1.870)	1.369
Mobiliário e equipamentos de escritório	561	(305)	256
Equipamentos informáticos	2.862	(2.593)	269
Maquinaria	3	(1)	2
Saldos a 31 de Dezembro de 2007	6.665	(4.769)	1.896

8. Activos incorpóreos

A discriminação do saldo deste capítulo do balanço de situação a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	Vida Útil Estimada	Milhares de Euros	
		2007	2006
Com vida útil definida:			
Desenvolvimentos Informáticos	3 anos	5.195	4.950
Menos:			
Amortização acumulada		(4.145)	(4.039)
Total líquido		1.050	911

A dotação à amortização acumulada do exercício de 2007 ascendeu a 106 milhares de euros (254 milhares de euros no exercício 2006) e registou-se na epígrafe “Amortização – Activo incorpóreo” da conta de perdas e lucros.

O movimento (valores brutos) que se produziu nesta epígrafe dos balanços, durante os exercícios de 2007 e 2006, foi o seguinte:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Saldo no início do exercício	4.950	4.080
Acréscimos líquidos	245	870
Saldo no final do exercício	5.195	4.950

9. Periodizações (activo e passivo)

A composição do saldo destes capítulos dos balanços é a seguinte:

	Milhares de Euros			
	Activo		Passivo	
	2007	2006	2007	2006
Remuneração de produtos não vencidos	74	68	-	-
Gastos auferidos não pagos	-	-	(4.894)	(4.048)
Outras periodizações	-	-	(16.858)	(14.330)
	74	68	(21.752)	(18.378)

O saldo da conta “Outras periodizações” do passivo do balanço engloba, fundamentalmente, as periodizações dos juros gerados nas campanhas especiais, em que os clientes atrasam o pagamento do bem adquirido durante uns meses sem nenhum custo para o cliente. Este custo é assumido, quer pelos fornecedores, quer pelas sociedades do Grupo El Corte Inglés.

10. Outros activos

O saldo do capítulo "Outros activos" do balanço está composto por diversas contas de valor pouco significativo, não registadas noutros capítulos do activo.

11. Depósitos de entidades de crédito

Indica-se nesta epígrafe a composição do saldo do passivo dos balanços, atendendo aos critérios de classificação, à sua contrapartida, à sua natureza e à sua moeda:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Classificação:		
Passivos financeiros a custo amortizado	1.246.459	1.708.816
	1.246.459	1.708.816
Contraparte:		
Entidades de Crédito	1.246.459	1.708.816
	1.246.459	1.708.816
Natureza:		
Contas a prazo	1.242.164	1.708.753
Outras contas	4.295	63
	1.246.459	1.708.816
Moeda:		
Euro	1.246.459	1.708.816
	1.246.459	1.708.816
Mais: ajustes por valorização	10.160	7.540
<i>Dos quais:</i>		
<i>Juros auferidos</i>	10.160	7.540
	1.256.619	1.716.356

12. Outros activos financeiros e Outros passivos financeiros

Seguidamente, apresenta-se a composição do saldo destas epígrafes dos balanços:

	Milhares de Euros			
	2007		2006	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Devedores/Credores comerciais	623	(*)(111.691)	519	(206.766)
Administrações Públicas	-	(1.154)	-	(1.072)
Outros conceitos	35	(13.786)	33	(18.010)
	658	(126.631)	552	(225.848)

(*) Dos quais 101.034 milhares de euros correspondem a contas a pagar a entidades do Grupo pela Sociedade (ver Nota 28).

13. Provisões

a) Composição

A seguir indica-se a composição do saldo deste capítulo dos balanços:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Fundos para pensões e obrigações similares	1.906	1.755
Provisões para riscos e compromissos contingentes	462	215
	2.368	1.970

b) Movimento

Seguidamente, apresenta-se o movimento que se produziu na epígrafe “Provisões - Fundos para pensões e obrigações similares”, durante os exercícios de 2007 e 2006:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Saldo no início do exercício	1.755	1.826
Dotação (Recuperação) com débito (crédito) a resultados	151	(71)
<i>Das quais:</i>		
<i>Custo financeiro (Nota 20)</i>	47	48
<i>Gastos de pessoal (Nota 24)</i>	190	170
<i>Recuperações com crédito a resultados</i>	(86)	(289)
Saldo no fecho do exercício	1.906	1.755

Durante os exercícios de 2007 e 2006, a Sociedade realizou dotações para a cobertura de riscos e compromissos contingentes pelo valor de 246 e 213 milhares de euros, respectivamente.

14. Situação fiscal

O saldo da epígrafe “Activos fiscais – Correntes” do balanço de situação a 31 de Dezembro de 2007 engloba, basicamente, as retenções e depósitos em conta efectuados pela Sociedade no exercício de 2007.

O saldo da epígrafe “Passivos fiscais – Correntes” do balanço a 31 de Dezembro de 2007, inclui o passivo correspondente aos diferentes impostos que são aplicáveis à Sociedade.

O valor total da epígrafe “Activos fiscais – Diferidos” ascende a 6.814 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2007. Durante o exercício de 2007, registou-se nessa epígrafe um crédito de 85 milhares de euros devido à diminuição das perdas por deterioração do exercício, determinadas de forma colectiva durante o exercício de 2007. A totalidade do saldo registado a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 corresponde a valores antecipados provenientes de perdas por deterioração determinadas colectivamente.

Embora ainda não se tenha apresentado a declaração individual do Imposto sobre Sociedades correspondente ao exercício de 2007, seguidamente apresenta-se a conciliação entre o resultado contabilístico e o resultado estimado, para efeitos tributáveis, correspondente a esse exercício, assim como ao exercício de 2006:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Resultado antes de impostos	28.079	30.357
Diferenças permanentes:		
Aumentos (Diminuições)	154	(67)
Diferenças temporárias:		
Aumentos (Diminuições)	(261)	(4.480)
Base Tributável (Resultado Fiscal)	27.972	25.810

A Sociedade tem sujeita a inspecção fiscal a totalidade das transacções realizadas nos quatro últimos exercícios em relação a todos os impostos que lhe são aplicáveis.

Devido às possíveis diferentes interpretações que se podem fazer das normas fiscais, os resultados das inspecções que no futuro possam ser levadas a cabo pelas autoridades fiscais para os anos sujeitos a verificação, poderiam dar lugar a passivos fiscais de carácter contingente, cujo valor não é possível quantificar de forma objectiva. Não obstante, na opinião dos Administradores da Sociedade, a possibilidade de se materializarem esses passivos contingentes é remota e, em qualquer caso, a dívida tributária que pudesse advir dos mesmos não afectaria significativamente estas contas anuais.

15. Fundos próprios

O capítulo “Fundos Próprios” dos balanços inclui os valores do património líquido que correspondem a participações realizadas pelos accionistas e a resultados acumulados reconhecidos através da conta de perdas e lucros.

Indica-se a seguir o movimento que se produziu nas diferentes epígrafes que fazem parte deste capítulo, durante os exercícios de 2007 e 2006:

	Milhares de Euros			
	Capital	Reservas acumuladas	Resultados do exercício	Total
Saldos a 1 de Janeiro de 2006	163.800	54.451	19.963	238.214
Resultado do exercício	-	-	18.607	18.607
Aplicação de resultados	-	19.963	(19.963)	-
Saldos a 31 de Dezembro de 2006	163.800	74.414	18.607	256.821
Resultado do exercício	-	-	18.897	18.897
Aplicação de resultados	-	18.607	(18.607)	-
Saldos a 31 de Dezembro de 2007	163.800	93.021	18.897	275.718

16. Capital subscrito

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o capital social da Sociedade estava representado por 27.300.000 acções, de 6 euros de valor nominal totalmente subscritas e desembolsadas, e com direitos económicos e políticos idênticos.

O principal accionista da Sociedade é o El Corte Inglés, S.A., que possuía uma participação de 99,99% do seu capital social a 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

17. Reservas acumuladas

a) Definições

O saldo da epígrafe “Fundos Próprios - Reservas Acumuladas” dos balanços inclui o valor líquido dos resultados acumulados (lucros ou perdas) reconhecidos nos exercícios anteriores através da conta de perdas e lucros que, na distribuição do resultado, se destinaram ao património líquido.

b) Composição

Apresenta-se a seguir a composição do saldo desta epígrafe a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Reservas acumuladas:		
Reservas restringidas-		
Legal	9.803	7.942
Reservas de livre disposição-		
Reservas voluntárias	83.137	66.391
Outras reservas	81	81
	93.021	74.414

Reserva legal

De acordo com o Texto Refundido da Lei das Sociedades Anónimas, as entidades espanholas que obtenham lucros no exercício económico deverão destinar 10% do lucro líquido do exercício à reserva legal. Estas dotações dever-se-ão fazer até que a reserva atinja 20% do capital social. A reserva legal poder-se-á utilizar para aumentar o capital social na parte do seu saldo que exceda 10% do capital social já aumentado.

18. Contas de Ordem

Englobam os saldos representativos de direitos, obrigações e outras situações jurídicas que no futuro possam ter repercussões patrimoniais, assim como os outros saldos que se precisam para reflectir todas as operações realizadas pela Sociedade, embora não comprometam o seu património.

A discriminação do saldo das contas de ordem dos balanços é o seguinte:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Compromissos contingentes:		
Disponíveis por terceiros-		
Vendas a prazo concedidas e não dispostas	81.832	82.380
Disponíveis em cartões com cláusula de revogabilidade	12.258.990	11.752.772
	12.340.822	11.835.152

19. Juros e rendimentos assimilados

Este capítulo da conta de perdas e lucros compreende os juros auferidos no exercício por todos os activos financeiros cujo rendimento, implícito ou explícito, se obtém da aplicação do método da taxa de juros efectiva, independentemente de se valorizarem pelo seu valor razoável. Os juros registam-se pelo seu valor bruto, sem deduzir, se for o caso, as retenções de impostos realizadas na origem.

A totalidade dos juros e rendimentos assimilados auferidos pela Sociedade nos exercícios de 2007 e 2006 corresponde a juros provenientes de investimentos de crédito.

20. Juros e encargos assimilados

Este capítulo da conta de perdas e lucros compreende os juros auferidos no exercício por todos os passivos financeiros com rendimento, implícito ou explícito, que se obtém através da aplicação do método da taxa de juros efectiva, independentemente de se valorizarem pelo seu valor razoável, e o custo por juros imputável aos fundos de pensões constituídos.

Seguidamente, discrimina-se a origem dos juros e encargos assimilados mais significativos auferidos pela Sociedade nos exercícios de 2007 e 2006:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Passivos financeiros a custo amortizado	52.240	38.146
Custo por juros dos fundos de pensões (Nota 13)	47	48
Outros passivos	-	124
	55.287	38.318

21. Comissões recebidas

Este capítulo da conta de perdas e lucros compreende o valor de todas as comissões auferidas no exercício, excepto as que fazem parte integral da taxa de juros efectiva dos instrumentos financeiros, que estariam incluídas em "Juros e rendimentos assimilados".

A discriminação do saldo deste capítulo é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Outros-		
Por comercialização de produtos financeiros não bancários	3.710	3.559
Serviços de cobranças e pagamentos	46.242	38.903
Outras comissões	1.956	1.856
	51.908	44.318

22. Comissões pagas

Este capítulo da conta de perdas e lucros engloba o valor de todas as comissões pagas ou a pagar auferidas no exercício, excepto as que fazem parte integral da taxa de juros efectiva dos instrumentos financeiros, que se incluíam em "Juros e encargos assimilados".

A maior parte do saldo registado neste capítulo corresponde a comissões de natureza bancária.

23. Outros produtos de exploração

Este capítulo da conta de perdas e lucros compreende, fundamentalmente, as receitas obtidas pela prestação de serviços de promoção de actividades de determinadas empresas do Grupo e a realização de inquéritos telefónicos e relatórios comerciais, entre outros conceitos.

24. Gastos com pessoal

Este capítulo da conta de perdas e lucros engloba todas as retribuições de pessoal dos quadros, fixo ou eventual, independentemente da sua função ou actividade, auferidas durante o exercício, qualquer que seja o seu conceito, incluindo o custo dos serviços correntes por planos de pensões.

a) Composição

A composição dos gastos com pessoal é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Ordenados e salários	22.353	21.622
Indemnizações	451	751
Segurança Social	5.895	5.789
Dotações para o fundo de pensões e obrigações similares (Nota 13)	190	170
Outros gastos com pessoal	125	410
	29.014	28.742

b) Número de empregados

O número médio de empregados da Sociedade, distribuído por categorias profissionais, durante os exercícios de 2007 e 2006, é o seguinte:

	2007	2006
Directores e Gerentes	4	3
Profissionais, técnicos e similares	111	94
Serviços Administrativos e similares	407	336
Comerciais, vendedores e similares	343	415
	865	848

O número de empregados da Sociedade, no final do exercício de 2007, distribuído por categorias profissionais e por sexo, é o seguinte:

	Mulheres	Homens	Total
Directores e Gerentes	-	4	4
Profissionais, técnicos e similares	32	79	111
Serviços Administrativos e similares	358	65	423
Comerciais, vendedores e similares	226	219	445
	616	367	983

Da mesma forma, a 31 de Dezembro de 2007, o Conselho de Administração estava composto por 6 Conselheiros, todos eles homens.

25. Outros gastos gerais de administração

A discriminação do saldo deste capítulo das contas de perdas e lucros é o seguinte:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
De imóveis, instalações e material	931	794
Informática	1.477	1.317
Serviços profissionais	1.026	923
Comunicações	10.254	10.021
Representação e propaganda	77	51
Contribuições e impostos	96	90
Quotas de associações	65	65
Outros gastos	2.246	1.675
	16.172	14.936

Apresenta-se a seguir a discriminação dos honorários pagos pela Sociedade ao seu auditor, incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Auditoria anual da Sociedade realizada pela Deloitte	69	53
Outros trabalhos e relatórios realizados pela Deloitte	14	46
	83	99

26. Outros lucros

O saldo da epígrafe "Outros lucros – Outros conceitos" a 31 de Dezembro de 2007, inclui, basicamente, os juros em suspenso recuperados de exercícios anteriores.

27. Prazos residuais das operações e taxas médias de juro anuais

Seguidamente, apresenta-se o detalhe, por vencimentos, dos saldos de determinadas epígrafes dos balanços a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, assim como as respectivas taxas médias de juro anuais desses exercícios:

2007									
	Milhares de Euros								Taxa de juro média anual
	À Vista	Até 1 Mês	Entre 1 e 3 Meses	Entre 3 e 12 Meses	Entre 1 e 5 Anos	Mais de 5 Anos	Vencimento não determinado	Total	
Activo:									
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	31	-	-	-	-	-	-	31	0%
Depósitos em entidades de crédito - Inves. de Crédito (Nota 5)	2.634	7.390	1.621	-	-	-	-	11.645	(*)
Crédito à clientela - Inves. de Crédito (Nota 6)	69.363	977.313	182.816	309.585	95.685	10	130.908	1.765.680	5,79%
	72.028	984.703	184.437	309.585	95.685	10	130.908	1.777.356	
Passivo:									
Depósitos em entidades de crédito - Passivos financeiros a custo amortizado (Nota 11)	33.210	556	143.127	204.236	815.525	-	49.805	1.246.459	(*)
	33.210	556	143.127	204.236	815.525	-	49.805	1.246.459	

(*) Os passivos financeiros e depósitos de activo em entidades de crédito foram contratados às taxas de juro de mercado, estando na sua maior parte, referenciados à Euribor, com revisões trimestrais.

2006									
	Milhares de Euros								Taxa de juros média
	À Vista	Até 1 Mês	Entre 1 e 3 Meses	Entre 3 e 12 Meses	Entre 1 e 5 Anos	Mais de 5 Anos	Vencimento não determinado	Total	
Activo:									
Caixa e Depósitos em Bancos Centrais	30	-	-	-	-	-	-	30	0%
Depósitos em entidades de crédito - Inves. de Crédito	370	60	1.521	-	-	-	-	1.951	(*)
Crédito à clientela - Inves. de Crédito	594.707	843.499	211.936	342.917	95.224	5	204.498	2.292.786	5,61%
	595.107	843.559	213.457	342.917	95.224	5	204.498	2.294.767	
Passivo:									
Depósitos de Entidades - Passivos financeiros a custo amortizado	28.483	58	114.777	903.459	581.501	-	80.538	1.708.816	(*)
	28.483	58	114.777	903.459	581.501	-	80.538	1.708.816	

(*) Os passivos financeiros e depósitos de activo em entidades de crédito foram contratados à taxa de juros de mercado, estando, na sua maior parte, referenciados à Euribor, com revisões trimestrais.

28. Operações com sociedades vinculadas

a) Operações com sociedades do Grupo El Corte Inglés ou sociedades associadas

Seguidamente, apresenta-se a discriminação dos saldos mais significativos mantidos pela Sociedade com sociedades do Grupo El Corte Inglés ou sociedades associadas:

	Milhares de Euros	
	2007	2006
Activo:		
Outros activos financeiros (Nota 12)	393	317
Passivo:		
Outros passivos financeiros (Notas 1 e 12)	101.034	197.403
Perdas e lucros:		
Deve-		
Outros gastos	2.392	-
Haver-		
Juros e rendimentos assimilados (Nota 19)	15.504	15.439
Comissões recebidas (Nota 21)	46.775	39.359
Outros produtos de exploração (Nota 23)	1.978	2.294

b) Operações com membros do Conselho de Administração e Alta Direcção

A informação sobre os diferentes conceitos retributivos auferidos pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade, e operações com os mesmos, discrimina-se na Nota 4.

Não há pessoas que exerçam na Sociedade, de facto ou de direito, funções de Alta Direcção sob a dependência directa do Conselho de Administração, de Comissões Executivas ou do Conselheiro Delegado tal como estas se definem na Circular 4/04 do Banco de Espanha.

29. Valor razoável dos activos e passivos financeiros não registados com o seu valor razoável

Conforme se comentou anteriormente, os activos e passivos financeiros da Sociedade encontram-se registados nos balanços anexos pelo seu custo amortizado.

A maior parte dos activos financeiros têm uma taxa de juro fixa, tendo vencimentos inferiores a um ano. Portanto, o seu valor razoável não diferiria significativamente do registado no balanço anexo.

Da mesma forma, uma parte significativa dos passivos tem uma taxa variável, com revisão trimestral da taxa de juro aplicável, pelo que o seu valor razoável em consequência das variações na taxa de juro de mercado não apresentaria diferenças significativas relativamente aos valores pelos quais estão registados no balanço anexo.

Para o resto dos passivos de taxa fixa com vencimento superior a um ano, calculou-se o seu valor razoável descontando os fluxos de caixa futuros à taxa de juro do mercado.

Seguidamente, apresenta-se um quadro comparativo do valor em livros e o valor razoável desses passivos:

	Milhares de Euros			
	2007		2006	
	Valor em livros	Valor razoável	Valor em livros	Valor razoável
Passivos financeiros				
Passivos financeiros a custo amortizado -				
Depósitos de entidades de crédito	150.000	149.171	300.000	300.361

30. Gestão do risco

a) Exposição ao risco de crédito

A Sociedade conta com uma política de gestão do risco de crédito que tem como finalidade a identificação, seguimento e gestão das exposições ao risco.

Para conseguir este objectivo, a Sociedade dispõe de uma estrutura de admissão de riscos dotada de modelos específicos que combinam sistemas de decisão automáticos baseados em modelos peritos em decisões dos analistas de risco; e de sistemas de seguimento do risco que antecipam situações problemáticas. Neste sentido, a Sociedade, consciente da importância que a gestão do risco tem para a obtenção de vantagens competitivas, está a realizar um esforço importante relativamente ao desenvolvimento de metodologias avançadas na gestão do risco, que implicam uma evolução substancial na sua gestão.

b) Exposição ao risco das taxas de juro

A estrutura organizativa elaborada para suportar a gestão global de Activos e Passivos da Sociedade, materializa-se na criação do Comité de Activos e Passivos (COAP), órgão superior composto pelos responsáveis das áreas funcionais implicadas directamente na gestão global do risco de juro da Sociedade. Fixa-se como objectivo básico do COAP a optimização do binómio rentabilidade - risco da Sociedade.

A Sociedade analisa e gere o risco de juro mediante a utilização de técnicas de simulação, realizando projecções da margem financeira e do valor patrimonial da Sociedade, a partir da combinação de possíveis cenários de taxas de juro, com políticas de evolução dos diferentes produtos de activo e passivo da Sociedade.

c) Exposição ao risco de liquidez

A estratégia básica da Sociedade relativa à gestão do risco de liquidez encontra-se direccionada para garantir que não existam desequilíbrios no cumprimento dos compromissos da Sociedade. Adicionalmente, complementa-se com a obtenção de financiamento ao menor custo possível a médio e longo prazo, mediante a manutenção de um nível óptimo de activos líquidos, pelo que a Sociedade mantém uma política altamente conservadora nas posições que mantém.

d) Concentração de riscos

A Sociedade não mantém posições que, para efeitos de cumprimento do limite de concentração de riscos, tenham a consideração de grande risco, conforme se define na Circular 5/1993 do Banco de Espanha.

No Relatório de Gestão do exercício de 2007 é fornecida informação mais detalhada sobre a gestão do risco na Sociedade.

31. Serviço de atenção ao cliente

Em conformidade com o estabelecido no artigo 17 da Ordem ECO/734/2004, de 11 de Março, do Ministério da Economia, sobre os Departamentos e Serviços de Atenção ao Cliente e Defesa do Cliente das Entidades Financeiras, resume-se em seguida o Relatório Anual apresentado pelo titular do Serviço perante o Conselho de Administração da Sociedade.

i. Resumo estatístico das queixas e reclamações atendidas e das decisões tomadas

O número de reclamações que deu entrada no Serviço de Atenção ao Cliente durante o ano de 2007 foi de 2 (4 em 2006), sendo todas elas admitidas para tramitação.

As respostas dadas aos clientes no Serviço de Atenção ao Cliente nas duas operações analisadas foram a favor da Sociedade, entendendo que, em nenhum dos dois casos, era preceptiva a reclamação perante a Sociedade. Ambas as reclamações foram encaminhadas para análise pelo Serviço de Reclamações do Banco de Espanha, emitindo a entidade supervisora nos dois casos ditame sem pronunciamento.

É de assinalar que, atendendo ao procedimento estabelecido na mencionada Ordem e, respondendo ao propósito da Sociedade de prestar o melhor serviço aos seus clientes, foram processadas e resolvidas pelos departamentos operativos da Sociedade no total 984 operações no exercício de 2007, não sendo, portanto, objecto de um processamento posterior pelo Serviço de Atenção ao Cliente da Sociedade.

ii. Critérios gerais contidos nas decisões

Os princípios fundamentais que regem o Serviço de Atenção ao Cliente são: atender a reclamação do cliente, analisar as causas que a propiciaram e tomar as medidas preventivas e correctivas para que não se repita essa situação.

Os critérios de decisão utilizados pelo Serviço partem, fundamentalmente, do conhecimento dos peritos do Serviço, que contam com profundos conhecimentos jurídicos e normativos sobre todos os aspectos que concernem a actividade desenvolvida pela Sociedade e com uma reconhecida experiência na gestão de reclamações.

Da mesma forma, nas questões gerais, as decisões adoptadas regem-se pelo sentido das resoluções dadas pelo Banco de Espanha.

iii. Recomendações ou sugestões derivadas da sua experiência para uma melhor consecução dos fins que informam a sua actuação.

As medidas adoptadas para melhorar o serviço de atenção ao cliente, premissa máxima do Grupo ao qual pertence a Sociedade, gerem-se no âmbito de uma solução informática integrada que permite que a totalidade do mesmo responda aos princípios de rapidez, segurança, eficácia, coordenação e seguimento, requeridos na Ordem, tal como foi constatado durante a prolongada experiência da Sociedade no funcionamento deste sistema, existindo a definição de tratamento e atenção personalizada como mais um motivo no âmbito da gestão.

Da mesma forma, o departamento de Auditoria Interna do Grupo El Corte Inglés, a fim de garantir o correcto funcionamento de todo o processo de reclamações, realiza revisões do mesmo com uma periodicidade semestral, emitindo um relatório a partir do qual se adoptam as medidas correctoras pertinentes.

Financeira El Corte Inglés Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A.

Relatório de Gestão do Exercício de 2007

Evolução dos negócios e situação da Sociedade

Investimento de crédito

O novo financiamento concedido a clientes através da Fórmula Pessoal de Pagamento (FPP) e do Plano Personalizado de Pagamento (PPP) para a aquisição de bens e serviços nos estabelecimentos comerciais das empresas do grupo, ascendeu, durante o exercício, a 1.976.643 milhares de euros, o que representa um aumento relativamente ao exercício de 2006 de 3,15%. O número de contratos de FPP formalizados durante o exercício de 2007 atingiu o valor de 2.256.073, sendo o valor médio financiado por contrato de 865 euros.

A distribuição por prazos do novo financiamento concedido através de FPP, é a seguinte:

Prazos	Milhares de Euros	%
Até 3 meses	855.855	43,84
Mais de 3 meses, até 6 meses	241.174	12,36
Mais de 6 meses, até 12 meses	597.411	30,60
Mais de 12 meses, até 24 meses	168.722	8,64
Mais de 24 meses	89.029	4,56

Da mesma forma, a distribuição do financiamento concedido a clientes, atendendo à empresa do grupo que originou a venda instrumentada na FPP, é a que se expõe a seguir:

Empresas	Milhares de Euros	%
El Corte Inglés, S.A.	1.247.717	63,92
Hiperco, S.A.	373.700	19,14
Viajes El Corte Inglés, S.A.	322.899	16,54
Outras empresas	7.875	0,40

Desde 1 de Maio de 1997, a Sociedade é a emissora do Cartão de Crédito "El Corte Inglés". Este cartão é aceite como meio de pagamento de aquisições de bens e serviços nos estabelecimentos comerciais El Corte Inglés, S.A., assim como nos das empresas do seu grupo, e inclui, para além da modalidade de pagamento total no final do mês, sem juros, a modalidade de "Crédito Rotativo" ou pagamento a prazos com juros sobre as quantias utilizadas, sendo, em ambos os casos e a qualquer momento, de livre escolha pelo titular do mesmo.

O valor dos bens e serviços adquiridos no exercício por clientes, mediante a utilização do Cartão de Crédito emitido pela entidade, ascendeu a 6.032.236 milhares de euros (excluído o PPP englobado no contrato do cartão), correspondendo à modalidade de Crédito Rotativo a quantia de 319.312 milhares de euros, sendo a distribuição por empresas a seguinte:

Empresas	Milhares de Euros	%
El Corte Inglés, S.A.	3.802.267	63,03
Hipercor, S.A.	1.376.302	22,82
Viajes El Corte Inglés, S.A.	260.462	4,32
Supercor, S.A.	123.609	2,05
Eciga	126.929	2,10
Telecor	54.920	0,91
Centro de Seguros, Correduría de Seguros, S.A., Grupo de Seguros El Corte Inglés	46.912	0,78
Tiendas de Conveniencia, S.A.	49.632	0,82
Gestión de Puntos de Venta, S.A.	28.848	0,48
Seguros ECI Vida, Pensiones y Reaseguros, S.A.	15.065	0,25
Sfera Joven, S.A.	16.392	0,27
Outras empresas	130.898	2,17

Na análise da morosidade, a carteira duvidosa continua a crescer a taxas elevadas como no exercício precedente, com aumentos relativamente ao exercício de 2006, de 31,02%. Este crescimento em 2007 deve-se por um lado e, tal como já acontecia no exercício precedente, pela assunção, desde Janeiro de 2005, dos expedientes processados em assessoria jurídica que, até essa data, a Sociedade trespassava à sua entidade matriz através da cessão desta carteira duvidosa e, que aumentou durante o exercício de 2007, em cerca de 8,4 milhões de euros. Esta carteira em processamento judicial ascendia, em 31 de Dezembro de 2007, a 35.587 milhares de euros (36,43% do total do saldo duvidoso nessa data). Por outro lado, no presente exercício, observa-se um aumento significativo no saldo duvidoso dos restantes produtos, consequência do incipiente aparecimento na morosidade da actividade de crédito geral.

A análise comparativa dos rácios da carteira duvidosa relativamente ao exercício de 2006, mantém a tendência já mostrada no exercício anterior, experimentando outra forte subida no exercício de 2007 com um rácio de morosidade (activos duvidosos sobre o total da carteira), que passou de 4,39%¹ em 2006 para 5,53% em 2007. Este aumento na morosidade deve-se, como vimos no parágrafo anterior, não apenas ao impacto que, sobre o saldo duvidoso, têm os riscos trespassados para a assessoria jurídica, mas também ao elevado ritmo de crescimento do saldo vencido e duvidoso do resto dos produtos da Sociedade.

Adicionalmente à evolução da taxa de morosidade, a Sociedade apresenta um rácio de cobertura de saldos duvidosos de 105% (115% em 2006).

¹ Para que o rácio de morosidade possa ser consistente e comparável com o do presente exercício, descontou-se do cálculo o valor da remessa de 31 de Dezembro de 2006, que ascende a 594.667 milhares de euros (ver ponto "Outros aspectos – Factos posteriores deste Relatório de Gestão do exercício de 2006).

Receitas

As receitas verificadas em todos os conceitos durante o exercício de 2007 ascendem a 155.331 milhares de euros (11,07% superior ao exercício anterior), sendo os mais significativos os que se relacionam a seguir:

As receitas obtidas neste exercício pelo financiamento das operações de FPP e PPP ascendem a 81.704 milhares de euros (8,61% superior ao exercício anterior), correspondendo 80.252 milhares de euros a juros e 1.452 milhares de euros a comissões recebidas.

As receitas provenientes do Cartão de Crédito ascendem a 64.563 milhares de euros (15,07% superior ao exercício anterior), correspondendo 19.096 milhares de euros a juros e 45.467 milhares de euros a comissões.

Por último, a Sociedade também factura por outros serviços (fundamentalmente prestados às empresas do Grupo El Corte Inglés). O valor facturado pela Sociedade por este conceito ascende a 5.973 milhares de euros (6.053 milhares de euros em 2006).

Gastos

O valor de gastos registado durante o exercício de 2007 foi de 136.434 milhares de euros, conforme se discrimina a seguir:

Conceitos	Milhares de Euros
Juros e encargos assimilados	55.287
Comissões pagas	2.335
Gastos de pessoal	29.014
Outros gastos gerais de administração	16.172
Amortização de imobilizado não material	106
Amortização de imobilizado material	640
Perdas por deterioração de activos	23.534
Dotações a provisões	160
Outras perdas	4
Imposto sobre lucros	9.182

O custo do financiamento apresenta um crescimento próximo de 44% relativamente ao exercício anterior, motivado, fundamentalmente, pelo aumento das taxas de juro e, em menor medida, pelo aumento da actividade de crédito da Sociedade, com crescimentos em investimento novo de 3,13%.

O gasto com pessoal cresce 0,9%.

O esforço realizado para cobrir as perdas por deterioração de activos ascende a 23.534 milhares de euros (24.444 milhares de euros em 2006). As dotações específicas ascendem a 22.088 milhares de euros, diminuindo em 6.134 milhares de euros relativamente ao exercício anterior, cujo crescimento foi motivado, fundamentalmente, pelo importante esforço realizado para se adaptar às maiores necessidades de dotação específica decorrentes da entrada em funcionamento do Modelo de Falência. Neste sentido, e a fim de cumprir o conteúdo da Circular 4/2004, de 22 de Dezembro, sobre Normas de Informação Pública e Reservada e Modelos de Estados Financeiros, Anexo IX, Alínea III – A) 1.1.1 Activos duvidosos devido à morosidade do cliente, a Sociedade desenvolveu um Modelo de Falência, cujo objectivo básico é, cumprindo a normativa aplicável,

realizar uma análise estatística da morosidade da carteira duvidosa da Sociedade. As provisões genéricas diminuíram 404 milhares de euros (6.938 milhares de euros no exercício anterior), liberação realizada pelo efeito das fortes dotações de específica, alcançando um coeficiente de 94,2% conforme Circular 4/2004 do Banco de Espanha.

Resultados

O lucro antes de impostos ascendeu a 28.079 milhares de euros. Uma vez deduzido o gasto correspondente ao imposto sobre lucros, de 9.182 milhares de euros, resulta um lucro líquido de 18.897 milhares de euros.

O Conselho de Administração da Financiera El Corte Inglés E.F.C., S.A., propõe à Assembleia Geral de Accionistas a seguinte distribuição desse lucro:

Conceitos	Milhares de Euros
Para Reserva Legal	1.890
Para Reservas Voluntarias	17.007

Perspectivas

As actividades financeiras desenvolvidas pela Sociedade realizam-se com o único fim de apoiar a actividade principal do Grupo, que não é outra que a comercial. É por esse motivo que a actividade de crédito da Financiera El Corte Inglés, está directamente relacionada com a comercial desenvolvida pela sua entidade matriz e dependentes.

A evolução de exercícios anteriores a 2006 na Financiera El Corte Inglés esteve marcada pelos fortes crescimentos na carteira de risco de crédito, decorrente do trespasse dos cartões na posse do El Corte Inglés, S.A.; o gasto contido do passivo bancário, dado o ambiente decrescente das taxas de juro, tendência que começou a alterar-se em 2005; e os esforços na cobertura das perdas por deterioração de activos, motivado pela assunção por parte da Sociedade dos riscos processados judicialmente.

No exercício de 2006 alterou-se a tendência de elevados crescimentos dos exercícios anteriores e, em 2007, consolida-se esta tendência, apresentando-se uma actividade de crédito mais estável, com uma carteira de risco de crédito com crescimentos derivados exclusivamente da actividade de crédito, directamente relacionada com a actividade comercial desenvolvida nas empresas do Grupo. A evolução para o aumento das taxas de juro, iniciada em 2005 e continuada em 2006 e 2007, tem um impacto negativo na margem financeira dos dois últimos exercícios que quebra a tendência de estabilidade no gasto financeiro de anos anteriores.

As perspectivas para 2008 apresentam uma tendência de crescimento ligeiramente mais lenta, com uma evolução de todas as linhas de receitas e gastos em conformidade com o crescimento da actividade geral; a evolução das taxas de juro apresenta uns rácios previsivelmente estáveis.

Relativamente à morosidade e, até que não se consolide o volume de saldos trespasados à assessoria jurídica, o impacto destes riscos sobre o esforço a realizar na cobertura das suas perdas por deterioração espera-se que tenha uma repercussão significativa no resultado da Sociedade, com valores similares aos dos dois últimos exercícios. O crescimento esperado na morosidade implicará maiores necessidades de dotações específicas que, pela mecânica de construção das provisões, se verá compensado por liberações de fundo genérico.

Outros aspectos

- *Quadro de Pessoal da Financiera El Corte Inglés.*

A média do quadro de pessoal efectivo da Sociedade, no exercício de 2007, ascende a 865 empregados, 848 em 2006, o que implica um aumento médio líquido de 17 pessoas.

O número médio de empregados da Sociedade, distribuído por categorias profissionais, é o seguinte:

	2007	2006
Directores e Gerentes	4	3
Profissionais, técnicos e similares	111	94
Serviços Administrativos e similares	407	336
Comerciais, vendedores e similares	343	415
	865	848

A distribuição funcional por género, a 31 de Dezembro de 2007, apresenta-se a seguir:

	Mulheres	Homens
Directores e Gerentes	-	4
Profissionais, técnicos e similares	32	79
Serviços administrativos e similares	358	65
Comerciais, vendedores e similares	226	219
	616	367

- *Acções próprias, gastos em investigação e desenvolvimento, factos posteriores e informação sobre o meio ambiente.*

Durante o exercício não houve nenhuma aquisição de acções próprias, nem se efectuou nenhum gasto em matéria de investigação e desenvolvimento. Assim, após o fecho do exercício e até ao momento da formulação do presente relatório de gestão, não houve nenhum acontecimento importante que tenha influência na evolução futura da Sociedade.

Relativamente a questões sobre o meio ambiente, dadas as actividades às quais se dedica a Sociedade, estas não geram nenhum impacto significativo no meio ambiente.

– *Utilização de instrumentos financeiros.*

Os instrumentos financeiros utilizados pela Sociedade consistem, basicamente, em contas com entidades de crédito, tanto de activo como de passivo; nas operações de investimento de crédito próprias da actividade da Sociedade; e em contas a pagar às empresas do Grupo. A Sociedade não realizou operativa com derivados durante o exercício de 2007.

A gestão do risco na Financiera El Corte Inglés E.F.C., S.A.

A Financiera El Corte Inglés, com plena consciência da importância que tem a gestão do risco para a obtenção de vantagens competitivas, está a realizar um importante esforço neste sentido com o desenvolvimento de metodologias avançadas na gestão do risco, que implicam uma evolução substantiva na sua gestão.

Todas as actividades em desenvolvimento enquadram-se no âmbito das directrizes fixadas pelo Novo Acordo de Capital de Basileia (Basileia II), perseguindo a Sociedade como objectivo final, a melhoria da gestão e medição dos riscos, a adequação dos requerimentos de capital aos riscos assumidos pela Sociedade e a optimização da relação entre risco assumido e rentabilidade.

Os principais pilares na gestão do risco são os seguintes:

- Implicação da Direcção: a Direcção da Sociedade considera que a gestão dos riscos inerentes à actividade desenvolvida deve começar no nível máximo de responsabilidade da organização, visto que os órgãos de decisão da companhia devem desenvolver uma actividade de envolvimento activo na tomada de decisões sobre gestão e controlo dos riscos de mercado.
- Independência da função de riscos das unidades de negócio: a Financiera El Corte Inglés, consciente das necessidades implícitas na nova orientação na gestão do risco, criou uma área nova de controlo com o objectivo de promover as ferramentas de medição e controlo, assim como a sua manutenção, e gerar as ferramentas de gestão necessárias para o desenvolvimento da actividade de cada uma das unidades de negócio implicadas.
- Gestão integral do risco.
- Existência de modelos específicos com medição do risco por tipo de operação através de um estudo pormenorizado que combina árvores de decisão com opinião de analistas especializados. Está-se em processo de implementação de metodologias avançadas de gestão do risco.
- Especial relevância do processo de supervisão e controlo com uma tipologia muito classificada e pormenorizada.

Gestão do risco de crédito

A Financiera El Corte Inglés conta com uma política de gestão do risco de crédito que tem como finalidade a identificação, seguimento e gestão das exposições ao risco.

– *Processo de admissão do risco.*

A Financiera El Corte Inglés entende por processo de admissão a abertura de uma conta que, no processo posterior, será objecto de seguimento.

A concessão de operações contempla uma política diferenciada em função do produto solicitado. Actualmente, as decisões de concessão de risco obtêm-se do uso combinado de sistemas de decisão automáticos baseados em modelos peritos e nas decisões dos analistas de risco.

A Financiera El Corte Inglés, no processo de desenvolvimento de reelaboração dos modelos para a adaptação a modelos avançados na gestão do risco, mantém o esquema de concessão do risco actual – com o binómio decisão automática/ decisão do analista –, embora dote as decisões das árvores de um modelo estatístico no qual baseia as suas decisões automáticas.

O estudo dos riscos realiza-se de forma centralizada na Divisão de Riscos independentemente do canal de entrada da operação (loja, oferta directa, telefone,...), embora na análise realizada, este seja um facto diferenciador.

– *Processo de seguimento do risco.*

A Financiera El Corte Inglés entende por processo de seguimento, a análise e medição das operações realizadas pelas contas já existentes.

O processo de seguimento do risco na Financiera El Corte Inglés realiza-se mediante uma atribuição de limites, sendo estes a medida do risco do cliente. Este limite é considerado como uma medida de controlo não exclusiva, visto que, cada nova operação associada a uma conta já existente é analisada automaticamente por uma árvore cuja decisão se cruza com o limite existente, que se utiliza como um indicador de controlo e não de decisão. Esta atribuição dos limites realiza-se mensalmente.

A Financiera El Corte Inglés, no processo de desenvolvimento de reelaboração dos modelos para a adaptação a modelos avançados na gestão do risco, mantém o limite como medida de controlo, mas esse limite é atribuído em função de um modelo de PD de seguimento (Probabilidades de Incumprimento) e de um modelo de medição da capacidade de pagamento, revendo-se no futuro não só o limite mas também a PD.

Os pilares fundamentais do processo de seguimento da Sociedade são os seguintes:

- Revisão mensal dos limites.
- Monitorização de contratos irregulares com consultas on-line dos analistas.
- Pessoal especializado centralizado e constante.

– *Recuperações*

A recuperação dos créditos incobrados faz parte fundamental da gestão do risco. O procedimento é de origem especializada, resultado da ampla experiência da Sociedade no mercado, obtendo elevados índices de recuperação de cobranças nas primeiras semanas de falta de pagamento.

O processo pelo qual deve passar um saldo incobrado está integrado numa solução informática que dirige automaticamente cada gestor à acção seguinte a realizar, e que conta com um processo de marcação automática que agiliza as gestões.

O processo de recuperação passa por diferentes fases que requerem uma estrutura de níveis dos analistas que, se forem infrutíferas, resultam em reclamação por via judicial.

– *Gestão global do risco*

▪ Quantificação do risco

Actualmente, os processos de concessão e seguimento do risco contam com uma medida do mesmo baseada na interpretação do limite como o nível de risco que pode ser assumido por um cliente.

A Financiera El Corte Inglés, no processo de desenvolvimento de reelaboração dos modelos para a adaptação a modelos avançados na gestão do risco e, no seu processo de convergência com Basileia, para a quantificação dos elementos básicos do risco como são as perdas esperadas e as não esperadas tem em processo de elaboração e desenvolvimento modelos de PD (probabilidade de incumprimento), de EAD (exposição perante incumprimentos), de LGD (perda em caso de incumprimento) e de cálculo de PE (perda esperada) e capital económico.

▪ Integração na gestão

A Financiera El Corte Inglés considera um aspecto fundamental na gestão do risco a integração da sua medição na gestão. Por esse motivo, está a realizar importantes esforços neste sentido, melhorando estas medições através da quantificação desde a PD até ao RAROC, abrangendo todas as possibilidades dos modelos IRB avançados.

Actualmente, cada tipologia de operações tem a sua própria árvore e a análise efectua-se em função das mesmas, estando as árvores, por conseguinte, perfeitamente integradas na gestão. No futuro, e no âmbito do desenvolvimento para a adaptação a modelos avançados, vai-se dotar esta análise de uma base estatística e vai-se avançar na tipologia de medições, podendo perceber-se o risco mais claramente a nível Grupo, otimizando-se assim a venda em relação ao custo.

Gestão do risco de juros e liquidez

A estrutura organizativa elaborada para suportar a gestão global de Activos e Passivos da Sociedade, materializa-se na criação do Comité de Activos e Passivos (COAP), órgão superior composto pelos responsáveis das áreas funcionais implicadas directamente na gestão global do risco da taxa de juro da companhia. Fixa-se como objectivo básico do COAP a optimização do binómio rentabilidade - risco da companhia.

A variação das taxas de juro de mercado representa para a Financiera El Corte Inglés basicamente dois tipos de risco:

- Risco associado à incerteza sobre as taxas das renovações do financiamento.

- Risco associado às flutuações do valor de mercado dos activos e passivos que compõem o Balanço ALM da Sociedade.

Uma vez identificadas as situações de risco da taxa de juro e estabelecidos os perfis ou limites de risco a assumir, a gestão do risco da Sociedade tem um duplo objectivo:

- Gestão da margem financeira. Gestão do impacto na margem financeira da Sociedade das possíveis variações da curva das taxas de juro vigentes nos mercados monetários e de capitais.
- Gestão do valor patrimonial. Gestão do impacto no valor patrimonial da Sociedade das possíveis variações da curva das taxas de juro vigentes nos mercados monetários e de capitais.

Por definição da Direcção, a Financiera El Corte Inglés nasce com uma vocação clara para atender às necessidades da sua entidade matriz, permanecendo ao serviço e apoiando a actividade principal do Grupo, que não é outra que a comercial.

Determinadas políticas da Financiera El Corte Inglés podem, portanto, diferir das práticas ou objectivos habituais das entidades do sector, ao não estar ligada a consecução dos seus objectivos a aspectos estritamente financeiros, sendo estes considerados, por parte da Direcção, como actividades acessórias destinadas a satisfazer os objectivos puramente comerciais da matriz.

As políticas marcadas pela Direcção para gerir o risco da taxa de juro, uma vez considerado o aspecto destacado do seu serviço à actividade principal do Grupo, focalizam-se nos seguintes aspectos:

- Maximização da rentabilidade da margem de intermediação, antecipando-se a oscilações bruscas perante variações nos níveis das taxas de juro, que poderiam derivar em impactos não desejados sobre a conta de resultados.
- Os efeitos adversos que, sobre a conta de resultados da Financiera El Corte Inglés, possam resultar de variações significativas das taxas de juro, seriam transferidos, via comissões, para as empresas vendedoras do Grupo. Isto implica que, de facto, a repercussão que, sobre a conta de resultados da Sociedade teria um encarecimento do seu passivo bancário, seria assumida e absorvida pelo Grupo.

A Sociedade analisa e gere o risco da taxa de juro através da utilização da técnica de Simulação, realizando projecções da margem financeira e do valor patrimonial da Sociedade, a partir da combinação de possíveis cenários das taxas de juro, com políticas de evolução dos distintos produtos do activo e passivo da Sociedade.

O risco de liquidez, entendido como as dificuldades de uma entidade de crédito para dispor de fundos líquidos, ou para poder aceder a eles na quantia suficiente e ao custo adequado para poder fazer frente a qualquer momento às suas obrigações de pagamento, é gerido pelos Serviços Financeiros do Grupo.

A estratégia básica dos Serviços Financeiros do Grupo relativa à gestão do risco de liquidez encontra-se encaminhada para garantir que não existam desequilíbrios no cumprimento dos compromissos da Sociedade. Adicionalmente, complementa-se com a obtenção do financiamento ao menor custo possível a médio e longo prazo, mediante a manutenção de um nível óptimo de activos líquidos, pelo que a Sociedade mantém uma política altamente conservadora nas posições que mantém.

FORMULAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS E RELATÓRIO DE GESTÃO

A formulação das presentes Contas Anuais e do Relatório de Gestão da FINANCEIRA EL CORTE INGLÉS E.F.C., S.A., do exercício económico encerrado a 31 de Dezembro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada a 31 de Março de 2008, com vista à sua verificação pelos Auditores e posterior aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas; as referidas Contas e o Relatório estão expostas em 48 folhas (1 do Balanço, 1 da Conta de Perdas e Lucros, 1 do Estado de mudanças no património líquido, 1 do Estado de fluxos de numerário, 35 da Memória e 9 do Relatório de Gestão), estando todas elas assinadas pelo Conselheiro Secretário e esta última folha por todos os Conselheiros.

(assinatura)

Isidoro Alvarez Alvarez
Presidente

(assinatura)

José Antonio Garcia Miranda
Conselheiro

(assinatura)

David González Fernández
Conselheiro

(assinatura)

Florêncio Lasaga Munarriz
Conselheiro - Delegado

(assinatura)

A. Carlos Martínez Echavarría
Conselheiro

(assinatura)

Juan Manuel de Mingo Contreras
Conselheiro – Secretário

TESTEMUNHO DE LEGITIMAÇÃO. – EU, FRANCISCO JAVIER PEREZ DE CAMINO PALACIOS,
NOTÁRIO DE MADRID E DA SUA ILUSTRE ORDEM. -----

DOU FÉ: que a presente fotocópia é o reflexo fiel e exacto do documento que tenho à vista, com o qual concorda e foi comparada. E, para que conste, a pedido da Sociedade “FINANCIERA EL CORTE INGLÉS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A.”, passo o presente testemunho, em cinquenta folhas de papel Selado do Estado, exclusivo para documentos notariais, da série 8T, em cada uma das quais está estampado o carimbo do meu Cartório Notarial, números 1269578 e os quarenta e nove seguintes por ordem correlativa decrescente, que chancelo, assino e rubrico, constando no livro indicador com o número 2387. -----
Madrid, cinco de Junho de dois mil e oito. -----

(Carimbos)

(Assinatura ilegível)